

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011



RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

Relatório de Gestão do exercício de 2011 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do Art. 70 da Constituição da República de 1988, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº. 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº. 108/2010, Decisão Normativa TCU nº. 117/2011 e da Portaria TCU nº. 123/2011.

SUMÁRIO

ORGANOGRAMA FUNCIONAL	11
COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES DAS UNIDADES ADMINISTRATIV <i>a</i>	
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ	12
INTRODUÇÃO	20
1. PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010	25
1.1 RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL	
2. PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010	
2.1 RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS DA UNIDADE	26
2.2. ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES	
INSTITUCIONAIS	
2.3. PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA UJ	
2.3.1. Execução dos Programas de Governo sob a Responsabilidade da UJ	
2.3.2. Execução Física das Ações Realizadas pela UJ	
2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa	
2.4.2 Programação de Despesas Correntes	59
2.4.3 Programação de Despesas de Capital	
2.4.3.1 Quadro Resumo da Programação de Despesas	
2.4.3.2 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	
2.4.4 Execução Orçamentária da Despesa	
2.4.4.1 Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ	
2.4.4.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentaç	ão67
2.4.4.3 Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por	
Movimentação	
2.4.5. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebi	
por movimentação	
2.4.6. Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos receb	
por movimentação	
2.4.7 Indicadores Institucionais	
3. PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010	
3.1 RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS	
RECURSOS	
4. PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010	
4.1. PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERC	
ANTERIORES	73
4.2. ANÁLISE CRÍTICA	
5. PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010	
5.1. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS	
5.1.1 Demonstração da força de trabalho à disposição da unidade jurisdicionada	
5.1.2 Situações que reduzem a força de trabalho efetiva da unidade Jurisdicionado	
5.1.3 Quantificação dos cargos em comissão e das funções gratificadas da unida	
jurisdicionada	
5.1.4 Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a ida	ade .78
5.1.5. Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a	
escolaridade	
5.2. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS E PENSIONIS?	ΓAS 80
5.2.1 Classificação do quadro de servidores inativos da unidade jurisdicionada	
segundo o regime de proventos e de aposentadoria	
5.3. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS	81

	5.4. DEMONSTRAÇÃO DOS CUSTOS DE PESSOAL DA UNIDADE	
	JURISDICIONADA	82
	5.5. TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA PELA UNIDADE	
	JURISDICIONADA	
	5.5.1 Informações sobre terceirização de cargos e atividades do plano de cargos do	
	órgão	
	5.5.2 Autorizações expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestã	
	para realização de concursos públicos para substituição de terceirizados	84
	5.5.3 Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância	
	ostensiva pela unidade	85
	5.5.4 Informações sobre locação de mão de obra para atividades não abrangidas pel	lo
	plano de cargos do órgão	86
	5.6 INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS	87
6.	PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010	
	6.1 INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO	89
	6.1.1 Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de 2011	89
	6.1.2 Quantidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados	3
	nos três últimos exercícios.	89
	6.1.3 Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferências que vigerão r	10
	exercício de 2012 e seguintes	
	6.2 INFORMAÇÕES SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVAS AOS	
	CONVÊNIOS, TERMOS DE COOPERAÇÃO E CONTRATOS DE REPASSE	89
	6.2.1 Informações sobre a análise das prestações de contas de convênios e de contra	
	de repassede	
7.	PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU N° 108, DE 24/11/2010	90
	7.1 DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV	
8.	PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010	
	8.1 SITUAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES IMPOSTAS PELA LEI N	
	8.730/93	
	8.2 ANÁLISE CRÍTICA	
9.	PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010	
	9.1 Estrutura de controles internos da UJ	
1(D. PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010	
_	10.1 GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS	
1	1. PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU N°108, DE 24/11/2010	97
	11.1 GESTÃO DE BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL	. 97
12	2. PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010	
	12.1 GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)	
13	3. PARTE A, ITEM 13, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010	
_,	13.1 DESPESAS COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO	102
	13.1.1 Relação dos portadores de cartão de crédito corporativo na unidade e utilizado de credito de	
	no exercício	•
	13.3.1 Utilização dos cartões de crédito corporativo da unidade	
1,	4. PARTE A, ITEM 14, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010	
1.	14.1 RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS SOB GESTÃO DA UJ	103
	14.2 VALORES RENUNCIADOS E RESPECTIVA CONTRAPARTIDA	103
	14.3 CONTRIBUINTES BENEFICIADOS PELA RENUNCIA – PESSOA JURÍDICA	
	FÍSICA	
	14.4 BENEFICIARIOS DA CONTRAPARTIDA DA RENUNCIA TRIBUTÁRIA –	103
	PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS	103
	- 1 1 2 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	1117

14.5 PROGRAMAS ORÇAMENTÁRIOS FINCIADOS COM CONTRAPARTIDA	DE
RENUNCIA DE RECEITA TRIBUTÁRIA	103
14.6 PRESTAÇÕES DE CONTAS DE RENUNCIA DE RECEITAS	
14.7 COMUNICAÇÕES À RBF	104
14.8 INDICADORES DE GESTÃO DA RENÚNCIA DE RECEITAS	
14.9 DECLARAÇÃO	104
14.10 FISCALIZAÇÕES REALIZADAS PELA RFB	104
15. PARTE A, ITEM 15, DO ANEXO II DA DN TCU N° 108, DE 24/11/2010	
15.1 DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO	
15.2 DELIBERAÇÕES DO TECU PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAI	L DO
EXERCÍCIO15.3 RECOMENDAÇÕES DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO	109
15.3 RECOMENDAÇOES DO OCI ATENDIDAS NO EXERCICIO	110
15.4 RECOMENTADÇÕES DO OCI PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FIN	
DO EXERCÍCIO	
16. PARTE A, ITEM 16, DO ANEXO II DA DN TCU N° 108, DE 24/11/2010	126
16.1 RECOMENDAÇÕES DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO OU DE	106
AUDITORIA INTERNA ATENDIDAS NO EXERCÍCIO	126
16.2 RECOMENTAÇÕES DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO OU DE AUDITORIA INTERNA PENDENTES DE ATENDIMENTO	107
17. PARTE A, ITEM 17, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010 OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UNI	
PARA DEMONSTRAR A CONFORMIDADE E O DESEMPENHO DA GESTA	
EXERCÍCIO.	
17. PARTE B, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N° 108, DE 24/11/2010	132
17.1 DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS	
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	132
	132
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	132 133
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	132 133
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	132 133 133
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	132 133 133 133
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS. 18. PARTE B, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N° 108, DE 24/11/2010 18.1 ANÁLISE CRÍTICA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA ADMINISTRAÇÃO PUBLICA FEDDERAL DIRETA. 18.1.1 Para o Balanço Orçamentário. 18.1.2 Para o Balanço Financeiro. 18.1.3 Para o Balanço Patrimonial 18.1.4 Para a Demonstração das Variações Patrimoniais	132 133 133 133 133
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS. 18. PARTE B, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N° 108, DE 24/11/2010 18.1 ANÁLISE CRÍTICA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA ADMINISTRAÇÃO PUBLICA FEDDERAL DIRETA. 18.1.1 Para o Balanço Orçamentário. 18.1.2 Para o Balanço Financeiro. 18.1.3 Para o Balanço Patrimonial. 18.1.4 Para a Demonstração das Variações Patrimoniais. 18.1.5 Para a Demonstração dos Fluxos de Caixa.	132 133 133 133 133 133
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS. 18. PARTE B, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N° 108, DE 24/11/2010 18.1 ANÁLISE CRÍTICA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA ADMINISTRAÇÃO PUBLICA FEDDERAL DIRETA. 18.1.1 Para o Balanço Orçamentário	132133133133133134135
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS. 18. PARTE B, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N° 108, DE 24/11/2010 18.1 ANÁLISE CRÍTICA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA ADMINISTRAÇÃO PUBLICA FEDDERAL DIRETA	132133133133133134135136
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS. 18. PARTE B, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N° 108, DE 24/11/2010 18.1 ANÁLISE CRÍTICA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA ADMINISTRAÇÃO PUBLICA FEDDERAL DIRETA	132133133133134135136138
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS. 18. PARTE B, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N° 108, DE 24/11/2010 18.1 ANÁLISE CRÍTICA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA ADMINISTRAÇÃO PUBLICA FEDDERAL DIRETA. 18.1.1 Para o Balanço Orçamentário. 18.1.2 Para o Balanço Financeiro. 18.1.3 Para o Balanço Patrimonial. 18.1.4 Para a Demonstração das Variações Patrimoniais. 18.1.5 Para a Demonstração dos Fluxos de Caixa. 19. PARTE B, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N°108, DE 24/11/2010 20. PARTE B, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU N° 108, DE 24/11/2010	132133133133134135136138
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS. 18. PARTE B, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N° 108, DE 24/11/2010 18.1 ANÁLISE CRÍTICA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA ADMINISTRAÇÃO PUBLICA FEDDERAL DIRETA	132133133133133134135136139140
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS. 18. PARTE B, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N° 108, DE 24/11/2010	132133133133134135136138139
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS. 18. PARTE B, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N° 108, DE 24/11/2010	132133133133134135136139140
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS. 18. PARTE B, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N° 108, DE 24/11/2010	132133133133134135136139140140145
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	132133133133134135136139140145146
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS. 18. PARTE B, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N° 108, DE 24/11/2010 18.1 ANÁLISE CRÍTICA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA ADMINISTRAÇÃO PUBLICA FEDDERAL DIRETA	132133133133134135136139140140146145
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	132133133133134135136139140140147147
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	132133133133134135136139140145145148149
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	132133133133134135136139140140140145145145

LISTA DE ABREVIAÇÕES E SIGLAS

UNIFAP – Fundação Universidade Federal do Amapá

SIMEC - Sistema Integrado de Monitoramento do Ministério da Educação

SIGPLAN - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

DEPLAN – Departamento de Planejamento

DEFIN - Departamento Financeiro

DINFO - Departamento de Informática

UBS - Unidade Básica de Saúde

PROEAC – Pró-Reitoria de Extensão e Ações Comunitárias

PROAP – Pró-Reitoria de Administração e Planejamento

CGP – Coordenação de Gestão de Pessoas

PROGRAD - Pró-Reitoria de Ensino de Graduação

DEPSEC – Departamento de Processos Seletivos e Concursos

DERCA - Departamento de Registro e Controle Acadêmico

DPG - Departamento de Pós-Graduação

DPQ – Departamento de Pesquisa

BIC - Biblioteca Central

PCU - Prefeitura do Campus Universitário

SPO – Sub Secretaria de Planejamento e Orçamento

MEC – Ministério da Educação

DINTER - Doutorado Interinstitucional

UFU - Universidade Federal de Uberlândia

UMAP - Universidade da Maturidade

CPV – Curso Pré-Vestibular

REUNI – Plano de Estruturação e Expansão das IFES

IBEG – Instituto Brasileiro de Educação e Gestão Ambiental

SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Pessoal

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

PCCTAE – Plano de Cargos e Carreira dos Servidores Técnicos Administrativos

SCPD – Sistema de Concessão de Passagens e Diárias

MPOG - Ministério de Planejamento Orçamento e Gestão

AUDINT – Auditoria Interna

RAINT - Relatório Anual de Atividade de Auditoria Interna

PAAINT – Plano Anual de Atividade de Auditoria I

SISAC – Sistema de Apreciação de Atos de Admissão e Concessões

DINT – Departamento de Interiorização

SESU – Secretaria de Educação Superior

SECAD – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

PPGBIO – Programa de Pós-Graduação em Biodiversidade Tropical

MINTEG - Mestrado Integrado de Desenvolvimento Regional

SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira

DACE – Departamento de Assuntos Comunitários e Estudantis

NAEA - Núcleo de Altos de Estudo Amazônico

SIORG – Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal

UFPA – Universidade Federal do Pará

UNB – Universidade Nacional de Brasília

OAB - Ordem dos Advogados do Brasil

TCU - Tribunal de Contas da União

CONSU - Conselho Superior

CONDIR - Conselho Diretor

IFES - Instituição Federal de Ensino Superior

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional

PPI – Projeto Político-Pedagógico Institucional

PPAAI – Plano Plurianual de Atividades de Auditoria Interna

RAAAI – Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna

CGU - Controladoria Geral da União

UJ – Unidade de Jurisprudência

LOA – Lei Orçamentária Anual

PNAES – Programa Nacional de Assistência Estudantil

UAB – Universidade Aberta do Brasil

IES – Instituição de Ensino Superior

ONGs - Organização não Governamental

EAD - Ensino a Distância

OGU – Orçamento Geral da União

PASEP - Programa de Formação de Patrimônio do Servidor Público

INSS - Instituto Nacional de Seguro Social

GEAP – Fundação de Seguridade Social

SIASS – Sistema Integrado de Atenção a Saúde do Servidor

UO – Unidade Orçamentária

PLOA – Projeto de Lei Orçamentária Anual

UG – Unidade Gestora

FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

RP - Resto a Pagar

RPs – Restos a Pagar

CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

SPIUnet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União

PAD – Processo Administrativo Disciplinar

TCE – Tribunal de Contas do Estado

FUNSAUDE – Fundação de Saúde

CRC – Conselho Regional de Contabilidade

HU – Hospital Universitário

AG – Alunos de Graduação

APG - Alunos de Pós-Graduação

AGTI – Alunos de Graduação Tempo Integral

AGE – Alunos Graduação Equivalente

APGTI – Alunos Pós-Graduação Tempo Integral

GPE – Grau de Participação Estudantil

GEPG - Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação

IQCD – Índice de Qualificação do Corpo Docente

TSG - Taxa de Sucesso na Graduação

FUNPEA - Fundação de Apoio à Pesquisa, Extensão e Ensino em Ciências Agrárias

FMZ – Fundação Marco Zero

COEG – Coordenação de Ensino de graduação

USP - Universidade de São Paulo

CEDERJ - Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro

EPP – Empresa de Pequeno Porte

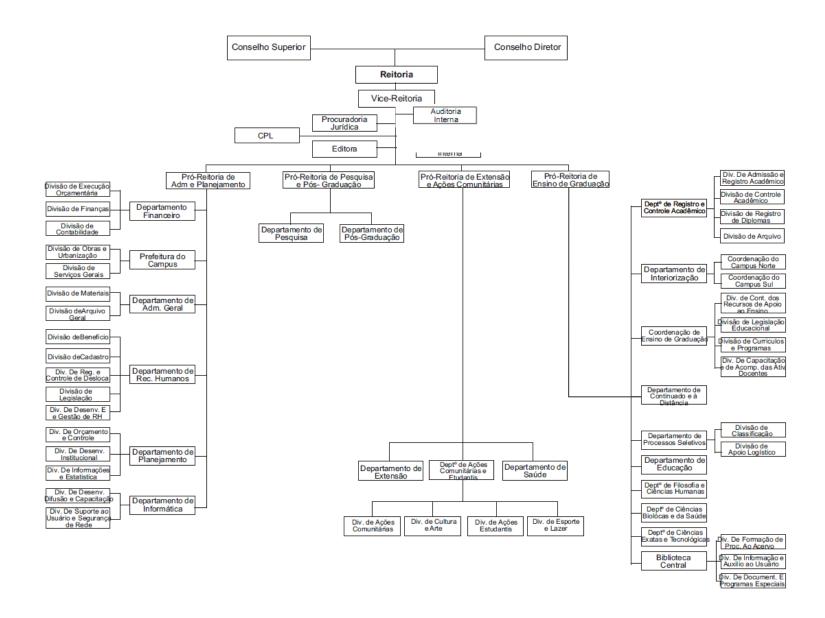
PROCAD - Programa Nacional de Cooperação Acadêmica

LISTA DE QUADROS

QUADRO - A.1.1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ - RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDU.	
QUADRO - A.2.1 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE	25
GOVERNOGOVERNO	32
Quadro 1 - Demonstrativo da Ampliação de Vagas Aprovadas pelo REUNI	
Quadro 2 - Demonstrativo da Ampliação de Vagas Aprovadas pelo REUNI	
Quadro 3 - Demonstrativo da Ampliação de Vagas Disponibilizadas no Sistema SIMEC -	15
Módulo PPA Monitoramento e Avaliação	43
QUADRO A 12.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE	15
JURISDICIONADA	101
QUADRO A.10.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS	
QUADRO A.11.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO	
ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO	97
QUADRO A.11.2 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO	
ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS	98
QUADRO A.11.3 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA	
UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ	99
QUADRO A.13.2 – DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE	3
HISTÓRICA)	
QUADRO A.15.1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS N	1O
EXERCÍCIO	
QUADRO A.15.2 - SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM	Л
PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO	
QUADRO A.15.3 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO	
	110
QUADRO A.15.4 - SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANEC	ΈM
PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO	
QUADRO A.16.1 – INFORMAÇÕES SOBRE RECOMENDAÇÕES DA UNIDADE DE	,
CONTROLE INTERNO OU DE AUDITORIA INTERNA ATENDIDAS NO	
EXERCÍCIO	126
QUADRO A.16.2 INFORMAÇÕES SOBRE RECOMENDAÇÃO DE UNIDADE DE	
AUDITORIA INTERNA PENDENTE DE ATENDIMENTO NO FINAL DO	
EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	127
QUADRO A.2.10 DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPES	
DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ	65
QUADRO A.2.11 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS	
CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO	67
QUADRO A.2.12 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPE	ESA
DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO QUADRO A.2.13 - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPE	68
QUADRO A.2.13 - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPE	SA
DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO QUADRO A.2.2 – EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ	69
QUADRO A.2.2 – EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ	38
QUADRO A.2.3 - IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	
QUADRO A.2.4 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES	59
QUADRO A.2.5 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS DE CAPITAL	59
QUADRO A.2.6 – QUADRO RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS E DA	
RESERVA DE CONTIGÊNCIA	60
QUADRO A.2.7 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA	1.61

QUADRO A.2.8 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS
CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ63
QUADRO A.2.9 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA
DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA U64
DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA U
73
QUADRO A.5.1. – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12
75
QUADRO A.5.12 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E
HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA85
HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA85 QUADRO A.5.13 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE
MÃO DE OBRA
QUADRO A.5.2 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ
SITUAÇÃO 31/1276 QUADRO A.5.3 – DETALHAMENTO ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E
FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)77
QUADRO A.5.4 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA -
SITUAÇÃO APURADA EM 31/1278 QUADRO A.5.5 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE
QUADRO A.5.5 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE
ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/1279
QUADRO A.5.6 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS -
SITUAÇÃO APURADA EM 31 DE DEZEMBRO80
QUADRO A.5.7 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE INSTITUIDORES DE PENSÃO -
SITUAÇÃO APURADA EM 31/1280 QUADRO A.5.9 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE
REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES
QUADRO A.7.1 – DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO
SIASG E SICONV90
QUADRO A.8.1 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E
SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR
QUADRO A.9.1 – ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ93
QUADRO B.1.2 - dECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO
EXERCÍCIO NAO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA,
FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA
QUADRO C.7.1 – RESULTADOS DOS INDICADORES PRIMÁRIOS – DECISÃO TCU
N.º 408/2002
QUADRO C.7.2 – RESULTADOS DOS INDICADORES DA DECISÃO TCU N.º 408/2002
141

ORGANOGRAMA FUNCIONAL



COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ

CONSELHO SUPERIOR

Formula a política geral da Universidade e traça diretrizes e normas em matéria administrativa, didático-científica e disciplinar; aprova o Regimento Geral da Universidade, aprova as modificações do Estatuto da Universidade; do plano de desenvolvimento institucional e o projeto político-pedagógico institucional; decide sobre a criação, incorporação, modificação, extinção ou suspensão temporária de cursos; homologa a indicação feita pelo Reitor de qualquer pessoa que não faça parte do quadro efetivo desta IFES para nela desempenhar cargos ou funções; aprova a programação dos cursos, no que tange ao projeto pedagógico de cada um deles.

CONSELHO DIRETOR

Estabelece normas para execução do regime financeiro, orçamentário e contábil da Universidade; aprova as propostas orçamentárias anual e plurianual; aprova o relatório anual de atividades e tomada de contas do reitor; acompanha e fiscaliza a execução orçamentária da Universidade.

REITORIA

Representa a UNIFAP, em juízo ou fora dele; convoca e preside as reuniões do CONSU e do CONDIR, bem como as demais reuniões dos órgãos colegiados da UNIFAP a que comparecer; confere grau e assina diploma de graduação e pós-graduação; coordena as atividades universitárias; submete ao CONDIR, para apreciação e parecer, a proposta orçamentária da UNIFAP; nomeia, empossa, promove, elogia, transfere, pune, dispensa, destitui e exonera servidores, observada a legislação pertinente; dá posse aos Pró-Reitores e Diretores de Departamento; homologa os planos anual e plurianual da Universidade, o plano de desenvolvimento institucional (PDI), o projeto político-pedagógico institucional (PPI),

após aprovação pelo CONSU; designa e dispensa os titulares de cargos de direção e funções gratificadas; cumpre e faz cumprir as decisões dos órgãos colegiados, bem como a execução dos planos e orçamento aprovados; promove o intercâmbio da Universidade com a comunidade e com instituições congêneres; desempenha quaisquer outras atribuições inerentes à função de Reitor, previstas legalmente.

VICE-REITORIA

Substituir o Reitor em suas faltas, seus impedimentos ou vacância, bem como auxiliálo em caráter permanente.

PROCURADORIA JURÍDICA

Presta assessoramento à reitoria em assuntos de natureza jurídica; mantém atualizados os arquivos de legislação de interesse da UNIFAP, em especial jurisprudência, decisões, acórdãos e pareceres jurídicos; redige peças e solicita documentação destinada a instruir processos judiciais; emite pareceres que envolvam matéria de natureza jurídica, por solicitação do Reitor; representa a UNIFAP em juízo, mediante autorização do Reitor.

AUDITORIA INTERNA

Acompanha o cumprimento das metas previstas no plano plurianual da UNIFAP, a execução dos programas e do orçamento; assessora os gestores no acompanhamento da execução dos programas pertinentes, com o objetivo de comprovar o nível de execução das metas, o alcance dos objetivos e adequação do gerenciamento; examina e emite parecer prévio sobre a prestação de contas anual da UNIFAP; acompanha a implementação das recomendações dos órgãos/unidades do sistema de controle interno do poder executivo federal e do Tribunal de Contas da União - TCU; comunica tempestivamente à Secretaria Federal de Controle Interno, sob pena de responsabilidade solidária, os fatos irregulares que causarem prejuízo ao erário, após dar ciência à direção da entidade e esgotadas todas as medidas corretivas, sob o ponto de vista administrativo, para o ressarcimento devido; examina e acompanha as operações contratuais relativas à receita e à despesa, assim como de

convênios, acordos, ajustes e outros; propõe a instauração de processo administrativo, quando da ocorrência de indícios e evidências de irregularidades; propõe tomada de contas, quando se verificar que determinada conta não foi prestada, ou que ocorreu alguma falha, desvio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo à Universidade; apresenta relatórios periódicos dos trabalhos realizados, ressaltando as falhas eventualmente encontradas; elabora o plano plurianual de atividades de auditoria interna — PPAAI - do exercício seguinte; e elabora o relatório anual de atividades de auditoria interna — RAAAI - para encaminhamento à unidade de controle interno em que estiver jurisdicionado.

EDITORA

Incentiva a produção e a divulgação de trabalho intelectual, seja ele científico, didático, técnico, literário, artístico ou outros; edita as publicações da UNIFAP; desenvolve atividades de apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão; promove intercâmbio bibliográfico com outras Universidades, bibliotecas e entidades congêneres; normatiza as publicações por ela editadas de acordo com as normas nacionais e internacionais; revisa a matéria publicada, anotando os erros e omissões e providencia sua republicação; e distribui e/ou comercializa os exemplares das publicações editadas.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Apóia e assessora à Reitoria nas licitações promovidas pela administração, em conformidade com o disposto na legislação federal pertinente.

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Define a política de Administração e Planejamento da Universidade; Elabora os planos anual e plurianual de Administração e Planejamento e promove as condições de execução dos mesmos; supervisiona, coordena, gerencia e avalia as atividades de planejamento, orçamento e informações dos níveis decisório, intermediário e operacional; coordena a elaboração do relatório anual das atividades da Universidade; elabora as

propostas orçamentárias anual e plurianual, para atender ao Plano Geral de Desenvolvimento da UNIFAP; executa o acompanhamento físico-financeiro dos planos e programas anuais e plurianuais.

PREFEITURA DO CAMPUS

Elabora o plano anual de trabalho para pequenas obras e serviços necessários à manutenção, reparo, conservação e limpeza dos imóveis da Universidade; fornece todas as informações que forem solicitadas, visando a subsidiar o plano de expansão física do campus; responsabiliza-se pelo bom funcionamento das instalações da infraestrutura do campus; zela pela limpeza, segurança e conservação do campus; responsabiliza-se pela manutenção e conservação; fiscaliza a utilização das edificações e ambientes da UNIFAP.

DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO

Elabora, acompanha e avalia a execução do plano global de gestão e os respectivos planos anuais de ação da UNIFAP; assessora o Pró-Reitor de Administração e Planejamento na formulação da política de planejamento da UNIFAP; desenvolve a elaboração do orçamento anual e plurianual da UNIFAP; levanta, elabora e processa dados estatísticos educacional e administrativo da UNIFAP; Gerencia Contratos, Convênios e demais instrumentos similares firmados junto a instituições públicas e privadas.

DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA

Organiza, gerencia e controla todos os esforços e iniciativas de utilização da tecnologia da informação nos processos meio e fim da UNIFAP; desenvolve e mantém ferramentas automatizadas (sistemas) que forneçam informações a todos os setores da instituição; cuida da segurança das informações da UNIFAP veiculadas em meio magnético.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

Coordena as atividades da Divisão de Material, serviços de Almoxarifado, Transporte e Protocolo; assessora a Pró-Reitoria de Administração e Planejamento.

COORDENAÇÃO DE GESTÃO DE PESSOAS

Coordena e supervisiona as atividades de gestão de pessoas dentro da Universidade; organiza o registro de órgãos e instituições públicas especializados em treinamento e desenvolvimento de gestão de pessoas, bem como dos respectivos programas e condições de treinamento; promove o levantamento das necessidades de treinamento e desenvolvimento de gestão de pessoas; operacionaliza o sistema de cadastro individual de pessoal em seus vários aspectos, conforme for determinado pelo órgão gestor do sistema; mantém todas as informações cadastrais sob sigilo funcional, não permitindo que a elas tenham acesso terceiros sem autorização específica.

DEPARTAMENTO FINANCEIRO

Supervisiona, coordena e executa as atividades orçamentárias, financeiras e contábeis no âmbito da Universidade; controla processos para fins de pagamento, obedecendo às disposições que regulam o assunto e às limitações orçamentárias; fiscaliza a utilização dos recursos financeiros; mantém o equilíbrio entre receita e despesa.

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Define a política de pesquisa e pós-graduação da Universidade; estimula atividades de pesquisa, com vistas à melhoria da qualidade do ensino e do desenvolvimento regional; busca convênios de captação de recursos com entidades nacionais e estrangeiras de fomento à pesquisa; propõe à Reitoria os planos de qualificação, capacitação e aperfeiçoamento docente e de atividades de investigação científica, com respectivo orçamento de custos; possibilita condições para a implantação de cursos de pós-graduação.

DEPARTAMENTO DE PESQUISA

Executa a política de pesquisa aprovada pelos órgãos competentes da Universidade; coordena a execução dos programas de pesquisa; orienta os coordenadores de programas na condução, execução, acompanhamento e divulgação da pesquisa; elabora as normas para o funcionamento da pesquisa na UNIFAP.

DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO

Executa a política de pós-graduação aprovada pelos Conselhos da Universidade; direciona a ação dos cursos de pós-graduação; elabora as normas para o funcionamento da pós-graduação na UNIFAP.

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E AÇÕES COMUNITÁRIAS

Define e coordena a política de extensão e ações comunitárias da Universidade; faz executar e acompanhar as atividades relacionadas com a extensão e as ações comunitárias; regulamenta a utilização do anfiteatro da UNIFAP.

DEPARTAMENTO DE EXTENSÃO

Estabelece políticas, programas e metas de extensão, baseados nas propostas oriundas dos Colegiados de Cursos; mantém a academia e demais instâncias informadas sobre o andamento das atividades de extensão; oficializa junto à Coordenadoria de Ensino de Graduação a carga horária destinada às atividades de extensão aprovadas pelos colegiados e departamentos.

DEPARTAMENTO DE AÇÕES COMUNITÁRIAS E ESTUDANTIS

Traça o perfil do aluno e do servidor, visando à identificação de necessidades sócioeconômicas; elabora e divulga informações básicas sobre a UNIFAP para os alunos; apóia a execução de eventos de cunho cultural, científico e esportivo, bem como ações que oportunizem a reflexão sobre as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO

Define a política de ensino de graduação da Universidade; coordena os processos para a melhoria da qualidade do ensino; acompanha e avalia permanentemente o ensino de graduação na UNIFAP.

COORDENADORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO

Assessora o Pró-Reitor na coordenação geral dos cursos de graduação; estabelece diretrizes gerais para análise e reformulação dos cursos de graduação; orienta e supervisiona os coordenadores de cursos quanto às modificações curriculares; colabora com a elaboração do Catálogo Institucional da UNIFAP; emite parecer técnico sobre a distribuição de carga horária docente nos diversos departamentos de área, para fins de remoção, transferência, mudança de regime de trabalho e abertura de concurso para novos docentes; emite parecer técnico sobre as modificações curriculares; presta informações aos demais órgãos da PROGRAD sobre a situação dos docentes em afastamento para pós-graduação; e define, com os demais órgãos da PROGRAD, a política de educação continuada e à distância da UNIFAP.

DEPARTAMENTO DE PROCESSOS SELETIVOS E CONCURSOS

Realiza os processos seletivos e concursos para ingresso na UNIFAP ou em outras instituições; planeja, coordena e acompanha as diversas fases referentes às formas de acesso aos cursos de graduação; e propõe, sempre que necessárias alterações à execução dos processos seletivos.

DEPARTAMENTO DE REGISTRO E CONTROLE ACADÊMICO

Elabora, anualmente, juntamente com a Pró-Reitoria de Ensino de Graduação, o calendário acadêmico; procede ao registro e o controle acadêmico; analisa e emite parecer sobre solicitação de transferência obrigatória e facultativa e reabertura de matrícula.

DEPARTAMENTO DE INTERIORIZAÇÃO

Promove a interiorização na Universidade; propõe à Pró-Reitoria de Ensino de Graduação a criação de campi avançados; mantém permanente contato com os campi avançados, visando o cumprimento de suas metas.

BIBLIOTECA CENTRAL

Organiza, mantém atualizado e divulga o acervo bibliográfico e de audiovisual sobre assuntos necessários aos programas de ensino, pesquisa e extensão da UNIFAP; executa serviços bibliográficos e fornece informações destinadas aos docentes, discentes, pesquisadores e corpo técnico-administrativo, contribuindo para o desenvolvimento das atividades fins da Universidade; desenvolve programas de treinamento de usuários, com vistas a promover a integração entre a biblioteca e a comunidade universitária.

Observação: Atualmente o organograma institucional da UNIFAP não condiz com a realidade descrita, uma vez que muitas das unidades mencionadas não estão em efetivo exercício. Cabe ressaltar que, com a iminente aprovação do Plano de Desenvolvimento Institucional, a estrutura normativa e organizacional será reformulada.

INTRODUÇÃO

A Fundação Universidade Federal do Amapá – UNIFAP, por meio do relatório em tela, demonstra aos órgãos fiscalizadores e à sociedade, em um ato de transparência, as ações desenvolvidas, bem como os resultados obtidos e as dificuldades enfrentadas no exercício de 2011. Este documento está dividido em duas partes, quais sejam: conteúdos obrigatórios e específicos, conforme as determinações do Tribunal de Contas da União – TCU e da Controladoria Geral da União – CGU, os quais estabelecem normas de organização e apresentação dos relatórios de gestão e dos processos de contas da administração pública federal.

Os itens da DN TCU nº. 108/2010, anexo II que não se aplicam à natureza da UNIFAP estão constantes nas Partes "A", "B" e "C" da normativa em epígrafe, como demonstrado a seguir.

O item "5.3. Composição do Quadro de Estagiários", não se aplica à natureza da Fundação Universidade Federal do Amapá, uma vez que não dispomos de estagiários, mas de bolsa trabalho que é paga por meio de assistência estudantil.

Cabe destacar que o "Quadro a.11.2 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros", não se aplica, pois esta IFES não possui sob sua responsabilidade imóvel locados de terceiros.

O item "14.1 Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ", não é aplicável porque esta IFES não arrecada receitas tributárias. Já os itens "14.2 Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida", "14.3 Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoa Jurídica e Física", "14.4 Beneficiários da Contrapartida da Renúncia Tributária – Pessoas Físicas e Jurídica", "14.5 Programas Orçamentários financiados com Contrapartida de Renúncia de Receita Tributária", "14.6 Prestações de Contas de Renúncia de Receitas", O item "14.7 Comunicações à RBF", "14.8 Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas", "14.9 Declaração", "14.10 Fiscalizações Realizadas pela RFB", não se aplicam à natureza da Fundação Universidade Federal do Amapá, tendo em vista que não arrecadamos receitas tributárias.

A "Parte B, item 2, do anexo II da DN TCU n.º 108, de 24/11/2010", também não se aplica, pois apesar da contabilidade da UJ estar sob o regime da lei 4.320/64, é executada no SIAFI.

O item "18.1 Análise Crítica das Demonstrações Contábeis da Administração Pública Federal Direta", não é aplicável, pois apesar da contabilidade da UJ estar sob o regime da lei 4.320/64, é executada no SIAFI. O item "18.1.1 para o balanço orçamentário", não se aplica porque, apesar da contabilidade da UJ estar sob o regime da lei 4.320/64, é executada no SIAFI. O item "18.1.2 Para o Balanço Financeiro", não se aplica porque, apesar da contabilidade da UJ estar sob o regime da lei 4.320/64, é executada no SIAFI.

Os itens "18.1.3 Para o Balanço Patrimonial" e "18.1.4 Para a Demonstração das Variações Patrimoniais" e "18.1.5 Para a Demonstração dos Fluxos de Caixa", não são aplicáveis à natureza da Fundação Universidade Federal do Amapá, pois apesar do balanço patrimonial, da contabilidade e a demonstração dos fluxos de caixa da UJ estar sob o regime da lei 4.320/64, é executada no SIAFI.

A "Parte B, item 3, do anexo II da DN TCU nº108, de 24/11/2010", não se aplica, pois, com base na Lei nº 6.404/1976, o referido item se aplica a empresas estatais. A "Parte B, item 4, do anexo II da DN TCU nº 108, de 24/11/2010", não se aplica, tendo em vista que a sua abrangência é para empresas da administração pública federal cujo capital acionário esteja sob o controle da união, com fulcro na Lei nº 6.404/1976.

A "Parte C, item 1, do anexo II da DN TCU nº 108, de 24/11/2010", não se aplica à natureza da Fundação Universidade Federal do Amapá, tendo em vista a sua abrangência são as unidades vinculadas à justiça eleitoral, com fundamento na Lei nº9.096, de 19/09/1995.A "Parte C, item 5, do anexo II da DN TCU nº 108, de 24/11/2010", também não se aplica, tendo em vista a abranger os fundos constitucionais de financiamento definidos no art.159, inciso I, alínea "c" da Constituição Federal.A "Parte C, item 10, do anexo II da DN TCU nº 108, de 24/11/2010", não se aplica, em razão de se tratar de informações do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

A "Parte C, item 12, do anexo II da DN TCU n° 108, de 24/11/2010", não se aplica em razão de se tratar de informações de empresas públicas, sociedades de economia mista e demais empresas controladas direta ou indiretamente pela união, com lastro na Lei n° 6.404/1976. A "Parte C, item 19, do anexo II da DN TCU n.° 108, de 24/11/2010", não é

aplicável, tendo em vista não executar contratos de gestão, com lastro na Lei nº.9.637/98.A "Parte C, item 30, do anexo II da DN TCU nº 108, de 24/11/2010", não se aplica à natureza da Fundação Universidade Federal do Amapá, tendo em vista ser informações concernentes ao instituto nacional de seguro social, conforme Decreto nº.6.934, de 11 de agosto de 2009.

A "Parte C, item 37, do anexo II da DN TCU n.° 108, de 24/11/2010", não se aplica, tendo em vista que esta UJ não é signatária de Contrato de Gestão, não sendo regida pela Lei n°. 9.637/98. A "Parte C, item 38, do anexo II da DN TCU n.° 108, de 24/11/2010", não se aplica porque esta UJ não firma Termo de Parceria que envolva repasse de recursos públicos, com base na Lei n° 9.790/99.

Porém, há itens constantes da DN TCU n°. 108/2010, anexo II que, apesar de se aplicarem à natureza da UNIFAP, não houve ocorrências, conforme justificativas a seguir.

Referente a "Parte A", o item "3.1 reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos", se aplica à natureza da Fundação Universidade Federal do Amapá, porém não houve ocorrência no exercício de 2011, pois o reconhecimento de passivos é feito tendo em vista o final do exercício por insuficiência de créditos ou recursos. O item "5.5.1 Informações Sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão", também se aplica à natureza da UNIFAP, porém não houve ocorrência no referido exercício, pois esta IFES não terceirizou servidores para exercer cargos ou atividades típicas de categorias funcionais do plano de cargos.

O item "5.5.2 Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão" para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados se aplica à natureza da UNIFAP, mas não houveram autorizações expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para a realização de concursos públicos para substituição de terceirizados. O item "6.1 Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício", se aplica à natureza da UNIFAP, porém não houve ocorrência no referido exercício, pois esta IFES não celebrou instrumentos de transferências.

O item "6.1.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício de 2011", se aplica à natureza da UNIFAP, mas não houve ocorrência porque esta IFES não possuía instrumentos de transferência vigentes no exercício de 2011. O item "6.1.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três

Últimos Exercícios", se aplica à natureza da UNIFAP, porém não houve ocorrência de instrumentos de transferências celebrados nos três últimos exercícios.

O item "6.1.3 Informações Sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que Vigerão no Exercício de 2012" e seguintes se aplica à natureza da UNIFAP, mas não houve ocorrências, pois esta IFES não possui instrumentos de transferências que vigerão no exercício de 2012 e seguintes. O item "6.2 Informações Sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse", se aplica à natureza da UNIFAP, porém não há ocorrências.

O item "6.2.1 Informações Sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse", se aplica à natureza da UNIFAP, mas não há ocorrências.

O item "13.1.1 Relação dos Portadores de Cartão de Crédito Corporativo na Unidade e Utilização no Exercício em Razão de não ter ocorrido Despesas com Cartão de Crédito Corporativo no Exercício de 2011", não há relação dos portadores do referido cartão na unidade. Concernente ao item "13.1.2 Utilização dos Cartões de Crédito Corporativo da Unidade", informa-se que a UNIFAP não utilizou cartões de crédito corporativo no exercício de 2011.

As principais realizações da gestão no exercício de 2011 foram: a oferta de 100 (cem) vagas, que foram integralmente cumpridas com a implantação dos cursos de Comunicação Social e Relações Internacionais, cada qual com 50 (cinqüenta) vagas ofertadas; a contratação de docentes temporários, a conclusão do Restaurante Universitário; a construção dos Prédios do Laboratório de Arqueologia; Serviços de Adaptações no Prédio da Rádio Universitária; Execução da 2ª Etapa do Centro de Pesquisa e a construção do Prédio do Patrimônio; Urbanização do Campus Marco Zero (Complementação); Construção de três Prédios no Campus de Oiapoque; Etapa de Conclusão da Urbanização do Campus Marco Zero (Complementação) e a Construção de um bloco de salas de aula com dois pavimentos.

No campo da "Assistência Estudantil", foram executados os seguintes projetos Pró Estudante, que são: Alimentação, Transporte, Fotocópias, Cinegrafia, Idiomas, Inclusão Digital, Látex, Monografia, Natação, Cultura, dentre outros.

PARTE A, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010 CONTEÚDO GERAL DO RELATÓRIO DE GESTÃO

1. PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

1.1 RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL QUADRO – A.1.1 – IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

	Poder e Órgão de Vinculação						
Poder: Executivo							
Órgão de Vinculação : Ministé	ério da	Código SIORG: 1710					
	Ide	ntificação da Unidade Jurisdi	icionada				
Denominação completa: Fund	lação U	Universidade Federal do Amapá	í				
Denominação abreviada: UN	IFAP						
Código SIORG: 1710		Código LOA: 26286	Código SIAFI: 154215				
Situação: Ativa							
Natureza Jurídica: Fundação							
Principal Atividade: Ensino, I	Pesquis	a e Extensão.	Código CNAE: 8531700				
Telefones/Fax de contato:	(96) 3	312-1702 (96) 3312-1703	(96) 3312-1706				
E-mail: unifap@unifap.br							
Página na Internet: http://ww							
			m 02-s/n, Bairro: Jardim Marco Zero -				
			705 / 3312-1714, FAX: (96) 3312-1754				
		s relacionadas à Unidade Jur	risdicionada				
Normas de criação e alteração e			da Danieta nº 00 007 da 02 da mana da				
1990.	, de 29	de agosto de 1986 e criada pe	elo Decreto nº. 98.997, de 02 de março de				
	°. 9.39	4, de 20 de dezembro de 1996	, alterado através da Portaria nº. 1.053, de				
12 de julho de 1999.							
Outras normas infralegais relac		•					
- Estatuto: Portaria nº. 1.053, o	de 12 d	e julho de 1999, publicado no	Diário Oficial da União em 14 de julho de				
Manuais e publicações relacion	nadas à	s atividades da Unidade Jurisdi	cionada				
- Regimento Interno, aprovado em 09			n°. 868/90, de acordo com o Parecer n°.				
Unidades Gestoras e Gestões re			C 11 33.				
		estoras relacionadas à Unidac	le Jurisdicionada				
Código SIAFI			Nome				
154215			idade Federal do Amapá				
	Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada						
Código SIAFI			Nome				
154215			idade Federal do Amapá				
	lacion	amento entre Unidades Gesto	*				
Código SIAFI da Unidade							
Gestora	Gestora Código SIAFI da Gestão						
154215 15278							

Fonte: DEPLAN/UNIFAP

2. PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010

2.1 RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS DA UNIDADE

A Fundação Universidade Federal do Amapá, Instituição de Ensino Superior de referência na Amazônia tem como centro de sua competência oferecer à sociedade o ensino, indissociável da pesquisa e da extensão. Do mesmo modo, exercer seu papel social, prestando serviços às entidades públicas e privadas e à comunidade em geral, com foco na promoção do desenvolvimento científico, tecnológico, sócio econômico e cultural nacional, regional e local.

I – Competência Institucional: A Fundação Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), com autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, rege-se pela Legislação Federal pertinente, por um Estatuto, um Regimento Geral e por resoluções dos seus órgãos colegiados superiores.

À UNIFAP cabe, segundo seu Estatuto:

- a) Criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior previstos na Lei n°.9.394, de 20 de dezembro de 1996, obedecendo às normas gerais da União e as contidas neste Estatuto;
- b) Fixar os currículos dos seus cursos e programas, observadas diretrizes gerais pertinentes;
- c) Estabelecer planos, programas e projetos de pesquisa científica, produção artística e atividades de extensão;
- d) Fixar o número de vagas de acordo com a capacidade institucional e as exigências do seu meio;
- e) Elaborar e reformar os seus estatutos e regimentos em consonância com as normas gerais atinentes;
- f) Conferir graus, diplomas e outros títulos;
- g) Firmar contratos, acordos e convênios;
- h) Aprovar e executar planos, programas e projetos de investimentos referentes a obras, serviços e aquisições em geral, bem como administrar rendimentos

conforme dispositivos institucionais;

- i) Administrar os rendimentos e deles dispor na forma prevista nas leis e neste Estatuto;
- j) Receber subvenções, doações, heranças, legados e cooperação financeira resultante de convênios com entidades públicas e privadas;
- k) Propor o seu quadro de pessoal docente, técnico e administrativo, assim como um plano de cargos e salários, atendidas as normas gerais pertinentes e os recursos disponíveis;
- Elaborar o regulamento de seu pessoal em conformidade com as normas gerais concernentes;
- m) Aprovar e executar planos, programas e projetos de investimentos referentes a obras, serviços e aquisições em geral, de acordo com os recursos alocados pelo respectivo poder mantenedor;
- n) Elaborar seus orçamentos anuais e plurianuais;
- o) Adotar regimes financeiro e contábil que atendam às suas peculiaridades de organização e funcionamento;
- p) Realizar operações de crédito ou de financiamento, com aprovação do Poder competente, para aquisição de bens imóveis, instalações e equipamentos;
- q) Efetuar transferências, quitações e tomar outras providencias de ordem orçamentária, financeira e patrimonial necessárias ao seu bom desempenho;
- r) Estabelecer seus regimes escolar e didático;
- s) Fixar critérios seletivos para ingresso de alunos;
- t) Organizar, na forma da legislação em vigor, listas tríplices para escolha do Reitor e do Vice-Reitor.

II – Objetivos Estratégicos: A UNIFAP conta com diversos programas e ações de governo para atender as suas demandas, por meio dos quais são determinadas metas físicas e financeiras que refletem no orçamento institucional.

A UNIFAP tem como um dos seus objetivos prioritários o fortalecimento do ensino da graduação por meio da avaliação dos cursos com objetivo de repensar o Projeto Político Pedagógico dos mesmos, sistematizando os aspectos teóricos e técnico-metodológicos, visando à socialização do conhecimento com a comunidade acadêmica.

Outro aspecto relevante para a comunidade e a implantação do Campus Binacional, localizado no município de Oiapoque, onde serão ofertados novos cursos, ampliando com isso o numero de alunos da instituição, possibilitando ainda a oportunidade de ingresso no mercado de trabalho de novos profissionais docentes e técnicos administrativos.

Além disso, a UNIFAP conta com o Plano de Reestruturação e Expansão das IFES – REUNI para dar continuidade às metas pactuadas junto ao MEC, dentre as quais destacamos: a criação de novos cursos e ofertas de novas vagas; o alcance da matrícula projetada na graduação; expandir as vagas nos cursos existentes; a contratação de pessoal técnico e docente, obras e reformas.

2.2. ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS

I – Análise do andamento do plano estratégico da unidade: Na seara do Planejamento Estratégico da UNIFAP estão contemplados as principais metas da Pro Reitoria de Graduação, dentre as quais destacamos: rever e ampliar estudos sobre a evasão de discentes nos cursos de graduação; realizar estudos e mapeamento do tempo de permanência dos alunos que ingressam nesta IFES; realizar o II Seminário sobre ENADE e a sensibilização junto aos diretores, coordenadores e alunos por meio de distribuição de informativos e palestras; fomentar uma política de realização de formação continuada aos professores; realizar cursos sobre educação inclusiva; construir e aprovar no CONSU os Projetos pedagógicos dos cursos que serão ofertados no Campus Binacional.

Dentre as ações relevantes no âmbito da Pró-Reitoria de Administração e Planejamento, pode-se destacar a realização de 15 (quinze) licitações na modalidade de

registro de preços,com objetivo de possibilitar a maior celeridade no processo de compras.Outro aspecto a ser trabalhado será a aprovação da matriz interna de distribuição orçamentária para os departamentos acadêmicos, criação de catálogo de descrição de material de uso comum, terceirização de motoristas, realização de concurso público para técnico administrativo e docentes,inauguração das seguintes obras: prédio patrimonial,centro de pesquisa,urbanização das vias, prédio de enfermagem, prédio do DERCA, laboratório de arqueologia,bloco de sala de aula, prédio dos ambulatórios, salas anexas ao bloco J e ambulatório de saúde ambiental.

Na seara da Pesquisa e Pós-Graduação, objetiva-se elevar a capacidade para o desenvolvimento da pesquisa e a inovação tecnológica por meio do fortalecimento da infra-estrutura física e aquisição de equipamentos; conclusão da obra do Centro Integrado de Pesquisa; inauguração dos Laboratórios de Geoprocessamento e Tratamento de Dados Estatísticos no Centro de Estudos da Amazônia; submissão de projeto ao Edital CT-INFRA (FINEP), bem como a execução de cursos de capacitação direcionados a aumentar os conhecimentos das ferramentas para o desenvolvimento da pesquisa; apoio a participação em eventos científicos.

A referida objetiva ainda, ampliar a resposta às necessidades de iniciação científica e capacitação dos professores; aumentar o número de cursos de pós-graduação; implementar o PIBIC/CNPq/EM; aumentar a participação de alunos no PROVIC; submeter ao CNPq de projeto para ampliação do número de bolsas PIBIC; submeter propostas a Capes de novos cursos de pós-graduação na UNIFAP e em rede e em parcerias (DINTERS)-04 DINTERS (Direito, Ciências da Saúde, Lingüística aplicada e sociologia); Mestrado em Ciências Farmacêuticas e outras propostas enviadas pelos colegiados e assinatura de convênios e parcerias com outras Universidades do Brasil e do exterior.

Referente ao objetivo de fortalecer e ampliar a produção científica dos professores, dos estudantes de IC e de pós-graduação, visa: aumentar o número de publicações; manter as Revistas Eletrônicas do PPGDAP e do DPq; publicar três livros com resultados da iniciação científica; continuar a publicação das revistas eletrônicas e dos resultados das pesquisas em eventos científicos, periódicos e livros; realizar o Congresso de Iniciação Científica, dentre outras ações.Outro objetivo será o aumento dos números de Cursos de Pós-Graduação; Strito Sensu – mestrado doutorado (DINTER) e Lato Sensu – Residência multiprofissional em saúde.

No segmento da Pró-Reitoria de Extensão e Ações Comunitárias, além do desenvolvimento do PNAES pode-se destacar: a construção do prédio para atividades de extensão; bem como a oferta de vagas para compor a segunda turma da universidade da maturidade e a implantação da universidade da mulher.

II – Análise do Plano de ação da unidade referente ao exercício de 2011: Dentre as ações previstas para o exercício de 2011 constava a Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, que previa a oferta de 100 (cem) vagas, que foram integralmente cumpridas com a implantação dos cursos de Comunicação Social e Relações Internacionais, cada qual com 50 (cinqüenta) vagas ofertadas. Cabe destacar ainda, que os recursos provenientes do REUNI possibilitaram o investimento em obras, dentre as quais a conclusão do Restaurante Universitário; a construção dos Prédios do Laboratório de Arqueologia; Serviços de Adaptações no Prédio da Rádio Universitária; Execução da 2ª Etapa do Centro de Pesquisa, construção do Prédio do Patrimônio.

Dentre as ações orçamentárias constantes na LOA, a que apresenta maior expressividade em relação à disponibilidade de recursos orçamentários se referente à ação "Funcionamento de Cursos de Graduação", que no exercício de 2011, teve como dotação final o valor correspondente a R\$ 49.080.803,00 (Quarenta e nove milhões, oitenta mil, oitocentos e três reais).

Cabe mencionar que com recursos desta ação foram empenhados a maioria das despesas de custeio desta UJ, dentre as quais destacamos: Diárias à Servidor e Colaborador Eventual; Passagens Aéreas; Manutenção de Veículos; Serviços de Energia Elétrica; Água Canalizada; Serviços de Telefonia Fixa; Vigilância Ostensiva e Serviços de Limpeza e Conservação Predial; Serviço de Telefonia Móvel; Serviço de Manutenção Predial; Publicação de Material no Diário Oficial da União; Material de Consumo; bem como as despesas com folha de pessoal, que totalizou o montante de R\$ 42.598.914,00 (Quarenta e dois milhões, quinhentos e noventa e oito mil, novecentos e quatorze reais).

No tocante às despesas de investimentos destacamos: Aquisição de Material Permanente para o Restaurante Universitário; Veículos para atender a implantação do Campus do Município de Oiapoque; Serviços de Tecnologia da Informação (Expansão e integração da rede lógica de dados e voz).

Além das despesas supramencionadas, os recursos também foram utilizados para execução das obras a seguir: Urbanização do Campus Marco Zero (Complementação); Construção de três Prédios no Campus de Oiapoque; Etapa de Conclusão da Urbanização do Campus Marco Zero (Complementação); Construção de um bloco de salas de aula com dois pavimentos.

Cabe destacar ainda, a ação de "Assistência ao Estudante do Ensino da Graduação", que objetiva ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal, por intermédio do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, executando os seguintes projetos Pró-Estudante, que são: Alimentação, Transporte, Fotocópias, Cinegrafia, Idiomas, Inclusão Digital, Látex, Monografia, Natação, Cultura, dentre outros.

Nesse sentido, a UNIFAP busca, incansavelmente, proporcionar condições basilares para possibilitar o desenvolvimento de ensino, a pesquisa e a extensão com a qualidade que a sociedade necessita para a sua qualificação profissional.

No decorrer do presente relatório, estão apontadas as demais realizações desta IFES no que concerne a 2011.

2.3. PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA UJ

2.3.1. Execução dos Programas de Governo sob a Responsabilidade da UJ QUADRO – A.2.1 – DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO

Código no PPA		1073	1073				
Denominação		Brasil	Universitário				
Tipo do Prograi	ma	Finalíst	rico				
Objetivo Geral			Propiciar o acesso da população brasileira à educação e ao conhecimento com eqüidade, qualidade e valorização da diversidade.				
Objetivos Espec	Reestruturar a educação superior pública federal e ampliar o acesso a esse nível de ensino.						
Gerente		Luiz Cl	áudio Costa				
Público Alvo			e professores das olsistas das IES pr	,	derais de Ensino	Superior - IFES, bem	
Info	ormaçõe	s orçam	entárias e financo	eiras do Progran	na	Em R\$ 1,00	
Dota	ıção		Despesa	Despesa	Restos a	77.1 D	
Inicial Final			Empenhada	Liquidada	Pagar não processados	Valores Pagos	
62.593.571,00 73.443.466,00		466,00	67.576.233,33	48.915.273,36	18.660.959,97	48.915.273,36	
	Informações sobre os resultados alcançados						
NÃO TEMOS ACESSO AO SIGPLAN							

Análise do Resultado Alcançado

A dotação inicial para atender a execução do Programa Brasil Universitário representou o montante de R\$ 62.593.571,00 (Sessenta e dois milhões, quinhentos e noventa e três mil, quinhentos e setenta e um reais). No decorrer do exercício houve uma suplementação no valor de R\$ 10.849.895,00 (Dez milhões, oitocentos e quarenta e nove mil, oitocentos e noventa e cinco reais), totalizando o valor de R\$ 73.443.466,00 (Setenta e três milhões, quatrocentos e quarenta e três mil, quatrocentos e sessenta e seis reais).

As despesas empenhadas totalizaram o valor de R\$ 67.576.233,33 (Sessenta e sete milhões, quinhentos e setenta e seis mil, duzentos e trinta e três reais e trinta e três centavos), sendo efetivamente pagas cerca de 72% (setenta e dois por cento) dessas despesas.

Ressaltamos que as despesas de pessoal integram o referido programa e totalizaram o valor de R\$ 41.631.181,58 (Quarenta e um milhões, seiscentos e trinta e um mil, cento e oitenta e um reais e cinqüenta e oito centavos), representando cerca de 60% da dotação empenhada destinada a este Programa.

Este programa contempla a maioria das ações que são imprescindíveis para a manutenção e o funcionamento da UJ, e sua execução ocorreu dentro da normalidade, não ocasionada transtornos para esta IFES.

Código no PPA		0750						
Denominação		Apoio	Apoio Administrativo					
Tipo do Prograi	ma	Apoio	às Políticas Públ	icas e Áreas Es	peciais			
Objetivo Geral Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implem e gestão de seus programas finalísticos.					para a implementação			
Objetivos Espec	Objetivos Específicos Não consta no SIMEC							
Gerente		Weslly	nton Luiz da Silv	va de Oliveira				
Público Alvo		Govern	10					
Info	rmaçõe	s orçam	entárias e finance	iras do Progran	na	Em R\$ 1,00		
Dota	ıção		Despesa	Despesa	Restos a			
Inicial Final			Empenhada	Liquidada	Pagar não processados	Valores Pagos		
2.490.828,00	2.755.	828,00	2.542.418,50	2.502.067,86	40.350,64	2.502.067,86		
	Informações sobre os resultados alcançados							
NÃO TEMOS ACESSO AO SIGPLAN								
Análise do Resultado Alcançado								

O Programa Apoio Administrativo teve como dotação inicial o valor de R\$ 2.490.828,00 (Dois milhões. quatrocentos e noventa mil oitocentos e vinte e oito reais), e no decorrer do exercício houve suplementação no valor de R\$ 265.000,00 (Duzentos e sessenta e cinco mil reais), totalizando o montante final de R\$ 2.755.828,00 (Dois milhões setecentos e cinqüenta e cinco mil oitocentos e vinte e oito reais).

As despesas empenhadas totalizaram o valor de R\$ 2.542.418,50 (Dois milhões quinhentos e quarenta e dois mil quatrocentos e dezoito reais e cinqüenta centavos), sendo efetivamente liquidados e pagos o valor de R\$ 2.502.067,86 (Dois milhões quinhentos e dois mil sessenta e sete reais e oitenta e seis centavos), que representa 98% das despesas deste programa.

Código no PPA	1067					
Denominação Gestão da Política de Educação						
Tipo do Programa Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais						
Objetivo Geral	Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área da educação.					
Objetivos Específicos	Não consta no SIMEC					
Gerente	Wagner Vilas Boas de Souza					
Público Alvo	Governo					

Info	Em R\$ 1,00							
Dota	ıção	Decheca Decheca	Restos a					
Inicial Final		Empenhada	Liquidada	Pagar não processados	Valores Pagos			
251.000,00	251.000,00	225.477,05	107.170,45	118.306,60	107.170,45			

Informações sobre os resultados alcançados NÃO TEMOS ACESSO AO SIGPLAN

Análise do Resultado Alcançado

A dotação inicial do programa foi de R\$ 251.000,00 (Duzentos e cinqüenta e um mil reais), com a finalidade dar suporte ao programa de capacitação de servidores desta UJ.

As despesas empenhadas totalizam o valor de R\$ 225.477,05 (Duzentos e vinte e cinco mil, quatrocentos e setenta e sete reais e cinco centavos), sendo liquidado e pago o valor de R\$ 107.170,45 (Cento e sete mil, cento e setenta reais e quarenta e cinco centavos), que representa 47,53% das despesas empenhadas.

Código no PPA		0089	0089					
Denominação		Previd	Previdência de Inativos e Pensionistas da União					
Tipo do Prograi	ma	Apoio	às Políticas Públi	icas e Áreas Es	speciais			
Objetivo Geral			urar os benefíci ores inativos da U		•	ente estabelecidos aos pendentes.		
Objetivos Específicos Não consta no SIMEC								
Gerente		Não co	onsta no SIMEC					
Público Alvo		Servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, servidores inativos, dependentes e pensionistas.						
Info	rmaçõe	s orçam	entárias e financei	iras do Progran	na	Em R\$ 1,00		
Dota	ıção		Despesa	Despesa	Restos a			
Inicial Final			Empenhada	Liquidada	Pagar não processados	Valores Pagos		
1.276.814,00	1.276.814,00 1.910.057,00		1.832.072,16	1.832.072,86	-	1.832.072,86		
	Informações sobre os resultados alcançados							
	NÃO TEMOS ACESSO AO SIGPLAN							
Análise do Resultado Alcançado								

A dotação inicial destinada ao Programa intitulado Previdência de Inativos e Pensionistas da União, para o exercício de 2011, foi de R\$ 1.276.814,00 (Hum milhão duzentos e setenta e seis mil oitocentos e quatorze reais), sendo complementada através de suplementação no valor de R\$ 633.243,00 (Seiscentos e trinta e três mil duzentos e quarenta e três reais), finalizando no montante de R\$ 1.910.057,00 (Hum milhão novecentos e dez mil e cinqüenta e sete reais), sendo efetivamente liquidado e pago o valor de R\$ 1.832.072,86 (Hum milhão oitocentos e trinta e dois mil setenta e dois reais e oitenta e seis centavos), cerca de 96% da dotação final.

Código no PPA 1375						
Denominação		Desen	volvimento do Er	nsino da Pós-G	raduação e da	Pesquisa Científica
Tipo do Prograi	ma	Finalís	tico			
Objetivo Geral Propiciar o acesso da população brasileira à educação e ao con com equidade, qualidade e valorização da diversidade.					-	
Objetivos Específicos Formar recursos humanos altamente capacitados e fortalecer as bacientíficas, tecnológicas e de inovação do país, com ênfase na redução desequilíbrios regionais.						
Gerente		Jorge A	Almeida Guimarã	íes		
Público Alvo		Alunos de Pós-Graduação, professores de ensino superior, pesquisadores, bem como o cidadão graduado que demonstre interesse em capacitação pósgraduada.				
Info	rmaçõe	s orçam	entárias e finance	iras do Prograr	na	Em R\$ 1,00
Dota	ção		Despesa	Despesa	Restos a	
Inicial Final		nal	Empenhada	Liquidada	Pagar não processados	Valores Pagos
188.000,00 188.000,00		00,00	159.022,19	110.600,25	48.421,94	110.600,25
Informações sobre os resultados alcançados						
NÃO TEMOS ACESSO AO SIGPLAN						
Análise do Resultado Alcançado						

A dotação para atender ao Programa de Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica, foi no montante de R\$ 188.000,00 (Cento e oitenta e oito mil reais). As despesas empenhadas totalizaram o valor de R\$ 159.022,19 (Cento e cinqüenta e nove mil, vinte e dois reais e dezenove centavos), sendo efetivamente liquidados e pagos o valor de R\$ 110.600,25 (Cento e dez mil seiscentos reais e vinte e cinco centavos), representando 70% (setenta por cento) do total empenhado.

Código no PPA											
Denominação	•										
Tipo do Progran	na	Finalís	tico								
Objetivo Geral		presence escolas profiss	cial e presencial, s de educação in	, quando exigi fantil, do ensi	ido, de profes no fundamenta	ada, à distância, semi- sores para atuação nas l e ensino médio, e de do, na gestão pública e					
Objetivos Espec	íficos	Aberta Manute funcion realiza em pa lucrativ de so pedag ambier	e dos pólos de a – UAB, visand enção do sistema namento dos pó da por comissões rcerias com IES vos e organismos ftwares educació ógicos em multim	poio presencia o implementa a de acompanl dos e cursos s compostas p 5, ONGs, OSG s internacionais onais, a pro- neios, a custon e portais de	al parceiros do ção e custeio e hamento e de da Universida or consultores CIPs, instituiç s. São prevista dução e ade nização, atualis conteúdo e a	olicas Ensino Superior - o Sistema Universidade dos cursos à distância. avaliação periódica do ade Aberta do Brasil, nacionais e servidores ões privadas sem fins s, também, a aquisição quação de conteúdos zação e manutenção de aquisição de materiais					
Gerente		Jose Ca	rlos Wanderley Di	as de Freitas							
Público Alvo		Criança	as, adolescentes e jo	ovens.							
Info	rmaçõe	s orçame	entárias e financei	ras do Progran	na	Em R\$ 1,00					
Dota Inicial	ção Fii	nal	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos					
150.000,00	150.0	00,00	60.515,90	11.805,28	48.710,62	11.805,28					
,			nformações sobre			,					
NÃO TEMOS ACESSO AO SIGPLAN											
Análise do Resultado Alcançado											

A dotação para atender o Programa Brasil Escolarizado foi de R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais), sendo efetivamente empenhado o valor de R\$ 60.515,90 (Sessenta mil quinhentos e quinze reais e noventa centavos), e no decorrer do exercício foi pago o valor de R\$ 11.805,28 (Onze mil oitocentos e vinte e cinco reais e vinte e oito centavos); ficando em Restos a Pagar Não Processados cerca de 80% do valor empenhado.

Fontes: SIMEC e DEFIN/UNIFAP

2.3.2. Execução Física das Ações Realizadas pela UJ QUADRO A.2.2 – EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

Função	Subfunção	Programas	Ação	Tipo de Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta Prevista	Mera realizada	Meta a ser realizada em 2012
12	364	Brasil Universitário	Serviços à comunidade por meio da Extensão Universitária	Atividade	4	Pessoa Beneficiada	300	3.845	1500
12	364	Brasil Universitário	Reestruturação e expansão das Universidades Federais – REUNI	Atividade	4	Vaga disponibilizada	330	100	225
12	364	Brasil Universitário	Funcionamento de Cursos de Graduação	Atividade	4	Aluno matriculado	6.517	6.439	7350
12	122	Brasil Universitário	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	Operações especiais	3	-	-	-	-
12	364	Brasil Universitário	Acervo Bibliográfico destinado as Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais de Ensino	Atividade	4	Volume disponibilizado	7.000	1.093	7350
12	364	Brasil Universitário	REUNI – Readequação da Infra- Estrutura da Fundação Universidade Federal do Amapá	Projeto	4	Vaga disponibilizada	330	100	225

			(UNIFAP)						
12	365	Brasil Universitário	Assistência ao Estudante do Ensino de Graduação	Projeto	4	Aluno assistido	4.231	4.584	730
12	306	Apoio Administrativo	Auxilio-Alimentação aos servidores e Empregados	Atividade	3	Servidor beneficiado	442	539	-
12	331	Apoio Administrativo	Auxílio-Transporte aos Servidores e empregados	Atividade	3	Servidor Beneficiado	95	222	-
12	365	Apoio Administrativo	Assistência Pré-Escolar aos dependentes dos Servidores e Empregados	Atividade	3	Criança Atendida	60	66	-
12	301	Apoio Administrativo	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus dependentes	Atividade	3	Servidor Beneficiado	681	457	-
12	364	Apoio Administrativo	Funcionamento de Cursos de Pós- Graduação	Atividade	4	Aluno Matriculado	310	255	7350
12	128	Gestão da Política de Educação	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	Atividade	4	Servidor capacitado	238	475	175

12	272	Previdência de Inativos e Pensionistas da União	Pagamento de Aposentadoria e Pensões-Servidores Civis	Operações Especiais	3	Pessoa Beneficiada	-	-	-
12	301	Apoio Administrativo	Assistência Médica aos Servidores e Empregados-Exames Periódicos	Atividade		Servidor Beneficiado	225	0	ı
12	571	Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e Pesquisa Cientifica	Pesquisa Universitária e Difusão de seus resultados	Atividade		Unidade	310	-	7.530
12	128	Brasil Universitário	Formação inicial e Continuada à Distância	Atividade		Pessoa Beneficiada	300	292	1.314

Fontes: SIMEC e DEPLAN/UNIFAP

Análise Crítica das Ações

Serviços à Comunidade por meio da Extensão Universitária

A referida ação recebeu como Dotação Total o valor de R\$ 1.303.325,00 (Hum milhão, trezentos e três mil, trezentos e vinte e cinco reais), deste montante, R\$1.100.000,00 (Hum milhão e cem mil reais) foram provenientes de Emenda Parlamentar Individual, sendo R\$ 250.000,00 (Duzentos e cinqüenta mil reais) para despesas de Custeio e R\$ 850.000,00 (Oitocentos e cinqüenta mil reais) para despesas de investimentos, possibilitando manter os projetos: Universidade da Maturidade do Amapá – UMAP e Universidade Pré-Vestibular, sendo este último realizado na Capital e nos Municípios.

Do total dos recursos de investimentos acima citado, foi empenhado o valor de R\$ 822.000,00 (Oitocentos e vinte e dois mil reais), desse montante R\$ 249.969,80 (Duzentos e quarenta e nove mil, novecentos e sessenta e nove reais e oitenta centavos) foram aplicados na aquisição de equipamentos de informática.

Dos recursos destinados a esta ação, foram efetivamente empenhados o valor de R\$1.262.808,02 (Um milhão, duzentos e sessenta e dois mil, oitocentos e oito reais e dois centavos), que representa cerca de 97 % (noventa e sete por cento) da Dotação Total recebida.

Esclarecemos que do valor empenhado acima citado foram liquidados e pagos o total de R\$ 173.248,22 (Cento e setenta e três mil, duzentos e quarenta e oito reais e vinte e dois centavos) e inscritos em Restos a Pagar Não Processados a quantia de R\$ 1.089.559,80 (Um milhão, oitenta e nove mil, quinhentos e cinquenta nove reais e oitenta centavos).

Para a realização da referida ação estava prevista 300 pessoas beneficiadas, sendo assistidas 3.845, representando um percentual de 1.282% acima do previsto. A situação pode ser justificada pela necessidade de atender as pessoas envolvidas nos projetos da Universidade da Maturidade do Amapá - UMAP e Pré-Vestibular, sendo este último realizado na Capital e nos Municípios, e outras atividades de ensino de graduação como cursos, palestras, seminários e atividades de campo das disciplinas ministradas, que também foram realizadas contando com apoio e recursos desta ação, assim como o apoio a participação de discentes e docentes em eventos envolvendo a comunidade acadêmica e externa com objetivo de otimizar a aplicação de recursos e a não segregação de estudantes em situação de vulnerabilidade econômico-social.

Na ação em comento, podemos destacar como evento positivo o recebimento de recursos de Emenda Parlamentar, que possibilitou a execução dos projetos supramencionados, ao passo que do ponto de vista negativo podemos destacar a intempestividade na liberação de recursos, uma vez que a cota de limite de empenhos das Emendas Parlamentares só terem ocorrido em 02/12/2011, o que dificultou a execução integral do montante.

Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI

Foi destinada para a ação em destaque a Dotação Orçamentária no montante de R\$2.852.440,00 (Dois milhões, oitocentos e cinqüenta e dois mil, quatrocentos e quarenta reais) para fazer face às despesas de custeio, visando à manutenção e o funcionamento dos cursos em reestruturação e/ou expansão da UJ.

Cabe informar que do montante acima foi empenhado a quantia de R\$2.007.082,52 (Dois milhões, sete mil, oitenta e dois reais e cinqüenta e dois centavos); sendo efetivamente liquidado e pago o valor de R\$ 1.347.597,74 (Hum milhão, trezentos e quarenta e sete mil, quinhentos e noventa e sete reais e setenta e quatro centavos), e Inscrito em Restos a Pagar Não Processados o valor de R\$ 659.484,78 (Seiscentos e cinqüenta e nove mil, quatrocentos e oitenta e quatro reais e setenta e oito centavos).

No que concerne a terceirização, cabe esclarecer que esta ação custeou parcialmente os serviços de Vigilância Ostensiva e de Limpeza e Conservação Predial no valor de R\$ 1.307.001,36 (Hum milhão, trezentos e sete mil um real e trinta e seis centavos).

O referido crédito viabilizou ainda a execução das seguintes despesas: Materiais de Consumo na ordem de R\$ 308.531,42 (Trezentos e oito mil quinhentos e trinta e um reais e quarenta e dois centavos); Serviços de Energia Elétrica - R\$ 178.000,00 (Cento e setenta e oito mil reais); Serviços de Água Canalizada - R\$ 20.800,00 (Vinte mil e oitocentos reais); bem como Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, no valor de R\$ 120.749,74 (Cento e vinte mil setecentos e quarenta e nove reais e setenta e quatro centavos); finalizando a execução da Ação com cerca de 70% (Setenta por cento) dos créditos orçamentários empenhados.

Como evento positivo, podemos mencionar a relevância dos recursos de custeio do Programa REUNI, que viabilizou uma parcela significativa nas despesas supracitadas, em especial nos serviços de vigilância ostensiva e de limpeza e conservação predial desta IFES.

Quanto à meta física constatou-se equívoco por parte desta Instituição durante o preenchimento do quadro de ampliação de matrícula no sistema SIMEC, uma vez que foi registrada meta de expansão de vagas do ano de 2009 no total de 185 (Cento e oitenta e cinco), porém o correto seria de 85 (Oitenta e cinco). Informa-se que tal situação foi exposta ao Ministério da Educação por intermédio do Ofício nº 019/2011 – PROGRAD/ UNIFAP de 30.06.2011.

Quadro 1 – Demonstrativo da Ampliação de vagas aprovadas pelo REUNI

ANO	2008	2009	2010	2011	2012	TOTAL
EXPANSÃO	80	185	100	100	100	565
REESTRUTURAÇÃO	-	30	20	-	-	50
TOTAL	80	215	120	100	100	615

Posto isso, apresenta-se quadro reformulado concernente à meta física da vertente ação.

Quadro 2 – Demonstrativo da Ampliação de Vagas Aprovadas pelo REUNI

ANO	2008	2009	2010	2011	2012	TOTAL
EXPANSÃO	80	85	100	100	100	465
REESTRUTURAÇÃO	0	30	20	0	0	50
TOTAL	80	115	120	100	100	515

Esclarecemos ainda, que em razão do notório equívoco, a meta física apresentada no SIMEC não corresponde à realidade, conforme demonstrado em quadro abaixo.

Quadro 3 – Demonstrativo da Ampliação de Vagas Disponibilizadas no Sistema SIMEC – Módulo PPA Monitoramento e Avaliação

SIMEC	2008	2009	2010	2011	2012	TOTAL
TOTAL	80	295	205	330	0	910

Diante da análise da meta física do REUNI referente ao exercício 2011, faz-se pertinente retificar que não se trata de disponibilidade de 330 (trezentas e trinta) novas vagas na Universidade, mas de 100 (cem), que foram integralmente cumpridas com a implantação de dois cursos, quais sejam: Comunicação Social e Relações Internacionais, cada qual com 50 (cinquenta) vagas ofertadas.

Funcionamento de Cursos de Graduação

A Dotação Inicial para esta ação totalizou o montante de R\$ 39.886.407,00 (Trinta e nove milhões, oitocentos e oitenta e seis mil, quatrocentos e sete reais); havendo suplementação na ordem de R\$ 9.802.396,00 (Nove milhões, oitocentos e dois mil, trezentos e noventa e seis reais), e um cancelamento para remanejamento no valor de R\$ 608.000,00 (Seiscentos e oito mil reais), tendo como dotação final correspondente a R\$ 49.080.803,00 (Quarenta e nove milhões, oitenta mil, oitocentos e três reais).

Da dotação final, cerca de 87% (oitenta e sete por cento) foi destinado para a execução de despesas com folha de pessoal, que corresponde a R\$ 42.598.914,00 (Quarenta e dois milhões, quinhentos e noventa e oito mil, novecentos e quatorze reais).

Informa-se ainda que do valor total da ação, está incluso o crédito orçamentário disponibilizado para investimento na implantação do novo Campus Universitário do Município de Oiapoque, na ordem de R\$ 6.750.000,00 (Seis milhões, setecentos e cinqüenta mil reais) e ainda, o valor de R\$ 1.400.000,00 (Hum milhão e quatrocentos mil reais) para a execução com despesas de custeio.

Cabe mencionar que com recursos desta ação são empenhados a maioria das despesas de custeio desta UJ, dentre as quais destacamos: Diárias à Servidor e Colaborador Eventual - R\$ 391.400,49 (Trezentos e noventa e um mil quatrocentos reais e quarenta e nove centavos); Passagens Aéreas – R\$ 375.408,82 (Trezentos e setenta e cinco mil quatrocentos e oito reais e oitenta e dois centavos); Manutenção de Veículos – R\$ 95.000,00 (Noventa e cinco mil reais); Serviços de Energia Elétrica – R\$ 557.868,64 (Quinhentos e cinqüenta e sete mil, oitocentos e sessenta e oito reais e sessenta e quatro centavos), de Água Canalizada – R\$ 46.466,52 (Quarenta e seis mil quatrocentos e sessenta e seis reais e cinqüenta e dois centavos); Serviços de Telefonia Fixa – R\$ 147.638,03 (Cento e quarenta e sete mil, seiscentos e trinta e oito reais

45

e três centavos), Vigilância Ostensiva e Serviços de Limpeza e Conservação Predial - R\$

966.685,23 (Novecentos e sessenta e seis mil seiscentos e oitenta e cinco reais e vinte e três

centavos); Serviço de Telefonia Móvel – R\$ 43.500,00 (Quarenta e três mil e quinhentos

reais); Serviço de Manutenção Predial – R\$ 370.250,00 (Trezentos e setenta mil duzentos e

cinquenta reais); Publicação de Material no Diário Oficial da União – R\$ 155.231,96 (Cento e

cinquenta e um mil duzentos e trinta e um reais e noventa e seis centavos); Material de

Consumo – R\$ 348.083,15 (Trezentos e quarenta e oito mil oitenta e três reais e quinze

centavos); bem como outras despesas: Obrigações Tributárias (PASEP sobre folha de

pessoal), Auxílio Financeiro a Estudantes, outros Serviços de Terceiros de Pessoa Jurídica e

Física.

No tocante às despesas de investimentos destacamos: Aquisição de Material

Permanente para o Restaurante Universitário no valor de R\$ 146.502,52 (Cento e quarenta e

seis mil quinhentos e dois reais e cinquenta e dois centavos); Veículos para atender a

implantação do Campus do Município de Oiapoque na quantia de R\$ 176.000,00 (Cento e

setenta e seis mil reais); Serviços de Tecnologia da Informação (Expansão e integração da

rede lógica de dados e voz) no valor de R\$ 261.638,00 (Duzentos e sessenta e um reais,

seiscentos e trinta e oito reais); e outras despesas de capital que totaliza o valor de

R\$1.930.434,73 (Hum milhão novecentos e trinta mil, quatrocentos e trinta e quatro reais e

setenta e três centavos) para atender as demandas desta UJ.

Para a execução das obras, foram utilizados os seguintes recursos:

1º. Obra: Urbanização do Campus Marco Zero (Complementação)

Tomada de Preços nº 21/2008

Contratada: Meridional Construções e Comércio Ltda

Valor: R\$ 5.000,00

Contrato nº: 005/2011

Processo nº: 23125.004066/2008-23

Vigência: 2º Termo Aditivo – 19/01/2012 a 18/04/2012

2°. Obra: Construção de Três Prédios no Campus de Oiapoque

• Concorrência nº 001/2011

Contratada: Tecplan Construções e Empreendimentos Ltda

• Valor: R\$ 4.734.824,88

• Contrato n°: 24/2011

• Processo nº: 23125.001291/2011-11

• Vigência: 05/09/2011 a 27/02/2013

3°. Obra: Etapa de Conclusão da Urbanização do Campus Marco Zero (Complementação)

• Tomada de Preços nº 007/2011

• Contratada: Edifica Engenharia Ltda

• Valor: R\$ 51.985,11

• Contrato n°: 33/2011

• Processo n°: 23125.002984/2011-13

• Vigência: 20/12/2011 a 13/11/2012

4°. Obra: Construção de um bloco de salas de aula com dois pavimentos (1° Termo Aditivo)

• Concorrência nº 001/2010

Contratada: Edifica Engenharia Ltda

• Valor: R\$ 268.626,37

47

Contrato nº: 002/2011

Processo nº: 23125.001766/2010-81

Vigência: 2º Termo Aditivo – 21/01/2012 a 20/05/2012

A meta física prevista foi de 6.517 alunos matriculados, sendo realizado 6.439, que

corresponde a 98,80%.

A ação em tela não apresentou nenhum problema no que se refere a execução.

Informamos ainda que houve uma suplementação na ordem de R\$ 9.802.396,00 (Nove

milhões, oitocentos e dois mil, trezentos e noventa e seis reais), para atender as despesas de

pessoal, que apresentou uma elevação em decorrência da contratação de novos servidores para

compor o quadro efetivo desta IFES.

Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de

Previdência dos Servidores Públicos Federais

A Dotação Orçamentária Inicial da referida ação totalizou o montante de R\$

5.255.147,00 (Cinco milhões, duzentos e cinquenta e cinco mil, cento e quarenta e sete reais),

cabendo destacar a suplementação na ordem de R\$ 1.655.499,00 (Hum milhão, seiscentos e

cinquenta e cinco mil, quatrocentos e noventa e nove reais), totalizando R\$ 6.910.646,00 (Seis

milhões, novecentos e dez mil, seiscentos e quarenta e seis reais).

Cabe considerar que foi efetivamente liquidado e pago o valor foi de R\$ 6.749.321,87

(Seis milhões, setecentos e quarenta e nove mil, trezentos e vinte e um reais e oitenta e sete

centavos), que representa cerca de 98% (Noventa e oito por cento) da Dotação Atualizada.

Nesta ação, não foram apresentados problemas na execução e nem ações que

superaram de forma significativa o seu desempenho, uma vez que são recursos para atender

despesas que constituem obrigações constitucionais ou legais da União.

Acervo Bibliográfico destinado às Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais de Ensino

Esta ação viabilizou o atendimento das demandas Biblioteca Central desta UJ, para melhor servir a comunidade acadêmica desta IFES, com a aquisição de acervo bibliográfico, por meio de procedimentos licitatórios na modalidade Pregão Eletrônico.

A Dotação Autorizada foi no valor de R\$ 530.000,00 (Quinhentos e trinta mil reais), sendo empenhado o montante de R\$ 455.056,86 (Quatrocentos e cinqüenta e cinco mil, cinqüenta e seis reais e oitenta e seis centavos), que representa cerca de 86% (oitenta e seis por cento).

Na vertente ação, a meta física era de 7.000 volumes disponibilizados, sendo adquiridos 1.093, que corresponde a 15,51% da meta prevista. Justificamos o referido percentual em virtude do processo licitatório ter sido concluído no mês de novembro de 2011, por outro lado, não houve qualquer prejuízo no que concerne aos recursos dessa ação, pois foi empenhado 86% (oitenta e seis por cento) da dotação autorizada e o acervo bibliográfico adquirido será entregue no decorrer do exercício de 2012.

REUNI – Readequação da Infra-Estrutura da Fundação Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)

Foi destinada para esta ação a Dotação Orçamentária no montante de R\$ 2.281.250,00 (Dois milhões, duzentos e oitenta e um mil, duzentos e cinqüenta reais), sendo que, dos créditos disponibilizados foi empenhado o valor de R\$ 2.276.497,97 (Dois milhões, duzentos e setenta e seis mil, quatrocentos e noventa e sete reais e noventa e sete centavos), que representa 99,79% da sua execução.

A aplicação dos créditos foi utilizada à quantia de R\$ 1.089.982,03 (Hum milhão, oitenta e nove mil, novecentos e oitenta e dois reais e três centavos), para aquisição de equipamentos, mobiliários e outros materiais permanentes, para o funcionamento de novos cursos e ainda, o valor de R\$ 1.186.515,94 (Hum milhão, cento e oitenta e seis mil, quinhentos e quinze reais e noventa e quatro centavos) para implantação de infraestrutura básica com investimento em obras, conforme descrição abaixo:

1º Obra: Termo Aditivo referente à conclusão do Restaurante Universitário

• Tomada de Preço nº 04/2010

• Contratada: Edifica Engenharia Ltda

• Valor: R\$ 118.937,23

• Contrato nº: 003/2011

• Processo n°: 23125.003585/2010-99

• Vigência: 21/01 a 21/09/2011

2º Obra: Construção dos Prédios do Laboratório de Arqueologia

• Tomada de Preço nº 02/2011

• Contratada: Ágape Construções Ltda - EPP

• Valor: R\$ 224.443,26

• Contrato n°: 027/2011

• Processo n°: 23125.002130/2011-37

• Vigência: 19/10/2011 a 14/06/2012

3º Obra: Serviços de Adaptações no Prédio da Rádio Universitária

Pregão Eletrônico nº: 33/2011

• Contratada: Eletrofrios Ltda - EPP

• Valor: R\$ 58.513,00

• Contrato n°: 028/2011

Processo nº: 23125.001417/2011-40

• Vigência: 21/10/2011 a 21/12/2012

4º Obra: Execução da 2ª Etapa do Centro de Pesquisa

• Tomada de Preço nº 01/2011

• Contratada: Edifica Engenharia Ltda

• Valor: R\$ 738.119,43

• Contrato nº: 030/2011

• Processo n°: 23125.001218/2011-31

• Vigência: 11/11/2011 a 06/09/2012

5°. Obra: Construção do Prédio do Patrimônio (3° Termo Aditivo)

• Tomada de Preços nº: 19/2008

• Contratada: Duarte & Duarte Ltda

• Valor: R\$ 46.503,02

• Contrato n°: 06/2011

• Processo nº: 23125.004061/2008-09

• Vigência: 2º Termo Aditivo – 01/08/2011 a 30/10/2011

Quanto à meta física, esclarecemos que, por tratar-se de ação integrante de projeto REUNI, segue justificada a referida análise, conforme fl. nº 42 (Ação: Reestruturação e Expansão das Universidades Federais-REUNI).

Na ação em tela podemos mencionar como eventos positivos a realização de 100% da meta física. Cabe destacar ainda, que com os recursos disponibilizados nesta ação tem sido possível realizar a ampliação da infraestrutura física da UNIFAP.

Assistência ao Estudante do Ensino de Graduação

Esta ação tem por finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal, por intermédio do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, executando os seguintes projetos Pró-Estudante, que são: Alimentação, Transporte, Fotocópias, Cinegrafia, Idiomas, Inclusão Digital, Látex, Monografia, Natação, Cultura, dentre outros.

Foi destinada para esta ação a Dotação o montante de R\$ 2.015.002,00 (Dois milhões, quinze mil e dois reais), sendo R\$ 1.985.002,00 (Hum milhão, novecentos e oitenta e cinco mil e dois reais) para despesas de custeio e R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais) para despesas de capital.

No segundo semestre foi solicitado remanejamento no valor de R\$ 220.000,00 (Duzentos e vinte mil reais) de custeio, através de crédito adicional para atender despesas de capital, sendo esta última finalizada na quantia de R\$ 250.000,00 (Duzentos e cinqüenta mil reais).

Para atender as despesas de custeio foi empenhado o valor de R\$ 2.013.626,69 (Dois milhões, treze mil, seiscentos e vinte e seis reais e sessenta e nove centavos), sendo efetivamente liquidado e pago o valor de R\$ 1.702.587,96 (Hum milhão, setecentos e dois mil, quinhentos e oitenta e sete reais e noventa e seis centavos), que representa cerca de 85% (Oitenta e cinco por cento) da dotação empenhada.

Nesta ação, a execução dos créditos foram aplicados nas seguintes despesas: Auxílio Financeiro a Estudantes – R\$ 1.268.490,56 (Hum milhão, duzentos e sessenta e oito mil, quatrocentos e noventa reais e cinqüenta e seis centavos); Contrato de Terceirização do

Restaurante Universitário – R\$ 134.932,00 (Cento e trinta e quatro mil, novecentos e trinta e dois reais); Aquisição de Material de Consumo para o Restaurante Universitário – R\$ 51.351,92 (Cinqüenta e um mil trezentos e cinqüenta e um reais e noventa e dois centavos); Passagens Aérea – R\$ 48.000,00 (Quarenta e oito mil reais); Outras despesas – R\$ 262.154,21 (Duzentos e sessenta e dois mil, cento e cinqüenta e quatro reais e vinte e um centavos).

No que concerne a execução dos créditos de capital no valor de 250.000,00 (Duzentos e cinqüenta mil) foram aplicados nas seguintes despesas: Aquisição de Veículos – R\$193.000,00 (Cento e noventa e três mil reais); Aquisição de Equipamentos de Informática e Materiais Permanentes – R\$ 55.698,00 (Cinqüenta e cinco mil seiscentos e noventa e oito reais), totalizando o valor de R\$ 248.698,00 (Duzentos e quarenta e oito mil, seiscentos e noventa e oito reais), que representa cerca de 99% (Noventa e nove por cento) da Dotação destinada para este fim.

Na referida ação, a meta prevista foi de 4.231 alunos assistidos, porem 4.584 foram beneficiados por intermédio do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, por meio dos projetos Pró Estudante, que são: Alimentação, Transporte, Fotocópias, Cinegrafia, Idiomas, Inclusão Digital, Látex, Monografia, Natação, Cultura.

Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados

Foi destinado para a esta ação a Dotação Inicial no valor de R\$ 1.613.535,00 (Hum milhão, seiscentos e treze mil, quinhentos e trinta e cinco reais), sendo suplementada a quantia de R\$ 250.000,00 (Duzentos e cinqüenta mil reais), finalizando esta ação com a dotação de R\$ 1.863.535,00 (Hum milhão, oitocentos e sessenta e três mil, quinhentos e trinta e cinco reais).

Informa-se que da dotação atualizada, foi efetivamente liquidado e pago a quantia de R\$ 1.825.588,31 (Hum milhão, oitocentos e vinte e cinco mil, quinhentos e oitenta e oito reais e trinta e um centavos), que representa 98% da dotação liberada para esta Ação.

A meta prevista era de 442 servidores beneficiados, sendo realizados 539 em virtude da contratação de novos servidores.

Nesta ação, não foram apresentados problemas na execução e nem ações que superaram de forma significativa o seu desempenho.Informamos ainda, que a suplementação na ordem de R\$ 250.000,00 (Duzentos e cinqüenta mil reais), foi para atender as despesas com auxílio alimentação de novos servidores nomeados para compor o quadro efetivo desta IFES.

Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados

Esta ação teve a Dotação Inicial no valor de R\$ 200.870,00 (Duzentos mil, oitocentos e setenta reais), sendo executado o montante de R\$ 150.579,58 (Cento e cinqüenta mil, quinhentos e setenta e nove reais e cinqüenta e oito centavos), que representa 75% (Setenta e cinco por cento) do crédito liberado.

A meta física prevista para a execução desta ação foi de 95 servidores beneficiados, sendo beneficiados 222 servidores, que corresponde a 42,79% mais do que previsto, devido a contratação de novos servidores.

Assistência Pré-Escolar aos dependentes dos Servidores e Empregados

As despesas desta UJ foram autorizadas no valor inicial de R\$ 47.322,00 (Quarenta e sete mil, trezentos e vinte e dois mil reais), havendo uma suplementação de R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais), totalizando R\$ 62.322,00 (Sessenta e dois mil, trezentos e vinte e dois reais), sendo executado o valor de R\$ 50.285,40 (Cinqüenta mil, duzentos e oitenta e cinco reais e quarenta centavos), que corresponde a 81% (Oitenta e um por cento) do valor liberado.

Na presente ação, a meta física prevista foi de 60 crianças atendidas, sendo abrangidas pelo benefício o total de 66 crianças.

Na ação em destaque, não houveram problemas na execução e nem ações que superaram de forma significativa o seu desempenho. A suplementação na ordem de \$ 15.000,00 (Quinze mil reais), foi para atender as despesas com assistência pré-escolar aos dependentes dos novos servidores nomeados para compor o quadro efetivo desta IFES.

Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus dependentes

A Dotação Orçamentária Inicial desta ação foi de R\$ 588.570,00 (Quinhentos e oitenta e oito mil, quinhentos e setenta reais), tendo a execução da despesa paga no montante de R\$ 475.614,57 (Quatrocentos e setenta e cinco mil, seiscentos e quatorze reais e cinqüenta e sete centavos), o que representa cerca de 81% (oitenta e um por cento) da Dotação Autorizada.

A referida ação não apresentou problemas em sua execução, sendo que a meta física prevista era de 681 servidores beneficiados, sendo alcançados 457 servidores.

Funcionamento de Cursos de Pós-Graduação

A Dotação Orçamentária para esta ação foi de R\$ 168.000,00 (Cento e sessenta e oito mil reais), sendo empenhada no valor de R\$ 159.022,19 (Cento e cinqüenta e nove mil, vinte e dois reais e dezenove centavos), que representa 95% (Noventa e cinco por cento) da Dotação Autorizada.

Dentre as despesas executadas, a que gerou maior volume de recursos foi o Auxílio Financeiro a Estudante, cuja finalidade é o pagamento de bolsa do Programa de Iniciação Científica – PROBIC, no valor de R\$ 88.000,00 (Oitenta e oito mil reais), sendo que as demais despesas totalizaram a quantia de R\$ 71.022,19 (Setenta e um mil vinte e dois reais e dezenove centavos).

Esta ação não apresentou problemas em sua execução, sendo que a meta física prevista foi de 310 alunos matriculados, porém foram matriculados 255, alcançando um percentual de 82,26% do previsto.

Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Esta ação tem a finalidade de atender as determinações estabelecidas na Lei nº 11.091/2005-PCCTAE, para a realização do Programa de Capacitação dos Servidores Técnico-Administrativos em Educação.

A Dotação Orçamentária Inicial foi de R\$ 251.000,00 (Duzentos e cinqüenta e um mil reais), sendo executado na aplicação das despesas o valor de R\$ 225.477,05 (Duzentos e vinte e cinco mil, quatrocentos e setenta e sete reais e cinto centavos), que representa 90% (Noventa por cento) do previsto.

Do valor empenhado, foram liquidados e pagos efetivamente o montante de R\$107.170,45 (Cento e sete mil, cento e setenta reais e quarenta e cinco centavos), e Inscritos em Restos a Pagar Não Processados a quantia de R\$ 118.306,60 (Cento e dezoito reais, trezentos e seis reais e sessenta centavos), que corresponde a 52% (Cinqüenta e dois por cento) das despesas empenhadas.

Na execução desta ação, o maior volume de gastos foi aplicado nas seguintes despesas: Serviços de Seleção e Treinamento (Gratificação por Encargo de Cursos e Concursos) – R\$ 74.490,00 (Setenta e quatro mil quatrocentos e noventa reais); Passagens Aéreas – R\$ 70.000,00 (Setenta mil reais); Diárias – R\$ 34.477,05 (Trinta e quatro mil, quatrocentos e setenta e sete reais e cinco centavos), demais despesas no valor de R\$ 46.510,00 (Quarenta e seis mil, quinhentos e dez reais).

A ação em tela não apresentou problema em sua execução, sendo que a meta física prevista para o exercício de 2011 foi de 238 servidores capacitados, tendo como média anual a participação de 475 servidores nos cursos ofertados pela instituição. Como evento positivo podemos destacar que, por meio desses recursos, foi possível atender a capacitação dos servidores técnicos administrativos, com supedâneo nos termos da Lei 11.091, de 12 de janeiro de 2005.

Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis

O Crédito Inicial para pagamento de proventos de Aposentadorias e Pensionistas desta UJ foi de R\$ 1.276.814,00 (Hum milhão, duzentos e setenta e seis mil, oitocentos e quatorze reais), havendo uma suplementação no valor de R\$ 643.243,00 (Seiscentos e quarenta e três mil, duzentos e quarenta e três reais), totalizando como dotação atualizada o montante de R\$1.910.057,00 (Um milhão, novecentos e dez mil, cinqüenta e sete reais).

Na execução foi liquidado e pago o valor de R\$ 1.832.072,86 (Hum milhão, oitocentos e trinta e dois mil, setenta e dois reais e oitenta e seis centavos), que representa 96% (Noventa e seis por cento) da dotação disponibilizada para garantir o pagamento dos servidores civis e pensionistas desta UJ.

Nesta ação, não foram apresentados problemas na execução e nem ações que superaram de forma significativa o seu desempenho, uma vez que são recursos para atender despesas que constituem obrigações constitucionais ou legais da União.

Assistência Médica aos Servidores e Empregados-Exames Periódicos

A Dotação Autorizada para esta ação foi no valor de R\$ 40.574,00 (Quarenta mil, quinhentos e setenta e quatro reais), sendo empenhado a quantia de R\$ 40.350,64 (Quarenta mil, trezentos e cinqüenta reais e sessenta e quatro centavos) porém, não houve liquidação devido a contratação da empresa para realização dos Exames ter ocorrido no final do exercício de 2011.

Em decorrência da situação narrada, esta ação apresentou problema na execução da meta física prevista, que seria de 225 servidores beneficiados, não tendo portanto sido realizado, pois a contratação de serviços terceirizados ocorreu somente no final do exercício em questão.

Pesquisa Universitária e Difusão de seus Resultados

A Dotação Autorizada para execução desta ação foi no montante de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais), porém não houve nenhuma execução por não ter sido concluído em tempo hábil o processo de editoração dos artigos enviados pelos professores, os quais irão compor o livro, prejudicando com isso a execução da meta física prevista, que era de 310 publicações dos resultados oriundos das pesquisas desenvolvidas no âmbito da iniciação científica.

Formação Inicial e Continuada à Distância

A Dotação Autorizada para esta ação foi no montante de R\$ 150.000,00 (Cento e cinqüenta mil reais), sendo executado por meio de despesa efetivamente empenhada na quantia de R\$ 60.515,90 (Sessenta mil, quinhentos e quinze reais e noventa centavos), que representa 40% (Quarenta por cento) dos recursos liberados.

Cabe ressaltar que as despesas que exigiram maior aplicação de recursos foram: Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica (serviços de manutenção predial e dedetização) – R\$29.903,51 (Vinte e nove mil novecentos e três reais e cinqüenta e um centavos); Material de Consumo e Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica no valor de R\$ 35.612,39 (Trinta e cinco mil seiscentos e doze reais e trinta e nove centavos).

Como evento negativo nesta ação, podemos apontar a execução de apenas 40% (Quarenta por cento) dos recursos liberados, que ocorreu em função da intempestiva mudança de gestão da unidade de educação a distância.

A meta física foi de 300 pessoas beneficiadas, sendo realizados 292, que corresponde a 97,33% do previsto.

2.4. DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO /FINANCEIRO

Este grupo de demonstrativos está estruturado em três partes distintas e complementares, quais sejam: Programação Orçamentária da Despesa; Execução Orçamentária da Despesa e Indicadores Institucionais.

2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa

QUADRO A.2.3 – IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ	26286	154215

Fonte: SIAFI

2.4.2 Programação de Despesas Correntes

QUADRO A.2.4 – PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES

Valores em R\$ 1,00

								σιι τφ 1,00
				Grupo	s de Desp	esas Corre	entes	
		los Créditos camentários	1 – Pessoal e Enc	argos Sociais	2 – Ju Encar Dív	gos da	3- Outras Desp	esas Correntes
			Exercío	cios	Exer	cícios	Exerc	cícios
			2011	2010	2011	2010	2011	2010
	Dotação proposta pela UO		R\$ 31.934.776,00	R\$26.268.261,00	R\$-	R\$-	R\$ 15.335.923,00	R\$11.259.252,00
LOA	PLOA		R\$ 31.934.776,00	R\$26.268.261,00	R\$-	R\$-	R\$ 15.335.923,00	R\$ 11.259.252,00
	LOA		R\$ 31.934.776,00	R\$26.268.261,00	R\$-	R\$ -	R\$ 16.285.923,00	R\$ 11.609.252,00
	Suplementares		R\$ 10.664.138,00	R\$ 9.442.000,00	R\$-	R\$ -	R\$ 385.000,00	R\$ 1.152.096,00
Š	Especiais	Abertos	R\$-	R\$-	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
OLIC	Especials	Reabertos	R\$-	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
CRÉDITOS	Extraordinários	Abertos	R\$-	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
	Reaberto		R\$-	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
	Créditos Cancelados		R\$-	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 828.000,00	R\$ -
	Outras Operações		R\$-	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Total			R\$ 42.598.914,00	R\$35.710.261,00	R\$ -	R\$ -	R\$ 15.842.923,00	R\$ 12.761.348,00

Fonte: SIAFI GERENCIAL

2.4.3 Programação de Despesas de Capital

QUADRO A.2.5 – PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS DE CAPITAL

Valores em R\$ 1.00

					G 1.D				410108	CIII K\$ 1,00
	Origem dos Créditos Orçamentários		4 – Inve	estime	Grupos de De ntos	5 -	- In	Capital versões ceiras		ortização da Dívida
			Exe	rcícios	S	E	xer	cícios	E	xercícios
			2011		2010	201	1	2010	2011	2010
	Dotação proposta pela UO		R\$ 10.109.514,00	R\$	4.517.631,00	R\$	-	R\$ -	R\$	R\$ -
LOA	PLOA		R\$ 10.109.514,00	R\$	4.517.631,00	R\$	-	R\$ -	R\$ -	R\$ -
	LOA		R\$ 18.729.514,00	R\$	8.047.631,00	R\$	-	R\$ -	R\$ -	R\$ -
	Suplementares		R\$ 1.527.000,00	R\$	171.000,00	R\$	-	R\$ -	R\$ -	R\$ -
S	Egnaciais	Abertos	R\$ -	R\$	-	R\$	-	R\$ -	R\$ -	R\$ -
OLLC	Especiais	Reabertos	R\$ -	R\$	-	R\$	-	R\$ -	R\$ -	R\$ -
CRÉDITOS	Entropolinários	Abertos	R\$ -	R\$	-	R\$	-	R\$ -	R\$ -	R\$ -
\Box	Extraordinários Reabertos		R\$ -	R\$	-	R\$	-	R\$ -	R\$ -	R\$ -
	Créditos Cancelados		R\$ -	R\$	-	R\$	-	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Out	ras Operações		R\$ -	R\$	-	R\$	-	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Total			R\$ 20.256.514,00	R\$	8.218.631,00	R\$	_	R\$ -	R\$ -	R\$ -

2.4.3.1 Quadro Resumo da Programação de Despesas

QUADRO A.2.6 – QUADRO RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS E DA RESERVA DE CONTIGÊNCIA

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Despesas Corre	entes	Despesas de Ca	apital		eserva de ngência
			Exercícios		Exercícios	Exercícios		
			2011 2010 2		2011	2010	2011	2010
	Dotação proposta	a pela UO	R\$ 15.335.923,00	R\$ 11.259.252,00	R\$ 10.109.514,00	R\$ 4.517.631,00	R\$ -	R\$ -
	PLOA		R\$ 15.335.923,00	R\$ 11.259.252,00	R\$ 10.109.514,00	R\$ 4.517.631,00	R\$	R\$ -
LOA	LOA		R\$ 16.285.923,00	R\$ 11.609.252,00	R\$ 18.729.514,00	R\$ 8.047.631,00	R\$ -	R\$ -
	Suplementares		R\$ 385.000,00	R\$ 1.152.096,00	R\$ 1.527.000,00	R\$ 171.000,00	R\$ -	R\$ -
	Especiais	Abertos	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
		Reabertos	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
S	Extraordinários	Abertos	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
CRÉDITOS		Reabertos	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
CRÉI	Créditos Cancelados		R\$ 828.000,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Out	ras Operações		R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Tota	Total		15.842.923,00	12.761.348,00	20.256.514,00	8.218.631,00	R\$ -	R\$ -

2.4.3.2 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

QUADRO A.2.7 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA

Valores em R\$ 1,00

		UG concedente ou			Despesas Correntes	Valores em K\$ 1,00		
Natureza da Movim	entação de Crédito	recebedora	Classificação da ação	1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes		
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	R\$-	R\$ -	R\$ -		
wiovimentação interna	Recebidos	-	-	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
	Concedidos	-	-	R\$-	R\$ -	R\$ -		
		150014	12122106722720001	R\$-	R\$ -	R\$ 5.012,95		
Movimentação Externa		154003	12128144863330001	R\$ -	R\$ -	R\$ 409.997,92		
	Recebidos	154003	12364137504870001	R\$ -	R\$ -	R\$ 81.110,14		
	Recebluos	153173	12362137787410001	R\$ -	R\$ -	R\$ 683.120,70		
		257001	10364143686280001	R\$ -	R\$ -	R\$ 238.600,00		
		153031	10364143686280001	R\$ -	R\$ -	R\$ 4.000,00		
Natureza da Movim	antação do Cródito	UG concedente ou	Classificação da ação	Despesas				
Natureza da Movini	ientação de Credito	recebedora	Ciassilicação da ação	4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida		
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
wovimentação interna	Recebidos	-	-	R\$ -	R\$-	R\$ -		
	Concedidos	-	-	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
		24901	19572046120950001	R\$ 605.035,45	R\$ -	R\$ -		
		150011	12364107382820001	R\$ 4.158.908,26	R\$ -	R\$ -		
Movimentação Externa	Recebidos	150011	12364107385510001	R\$ 1.022.342,64	R\$ -	R\$ -		
	Receditos	154003	12571137540190001	R\$ 150.000,00	R\$ -	R\$ -		
		154003	12361144820CV0001	R\$ 89.980,23	R\$ -	R\$ -		
		153173	121281448863330001	R\$ 7.092,60	R\$ -	R\$ -		

Análise Crítica

No exercício de 2011, a UJ recebeu recursos destinados a execução de diversos projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão, no montante de R\$ 7.455.201,57 (Sete milhões, quatrocentos e cinqüenta e cinco mil, duzentos e um reais e cinqüenta e sete centavos) por meio da descentralização externa (destaque) da Secretária de Planejamento e Orçamento – SPO, Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, Secretaria de Educação Superior – SESU, Fundação e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Nível Superior – CAPES, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE e Fundo Nacional de Saúde. Desse valor, cerca de 81% foi destinado para atender despesas com investimentos, e os 19% restantes aplicados em despesas correntes.

É oportuno esclarecer que as descentralizações foram liberadas a partir de fevereiro de 2011, sendo que o volume maior somente foi recebido pela UJ no segundo semestre, dificultando assim a execução das mesmas, considerando que parcela significativa destas eram destinadas a aquisição de equipamentos e materiais permanentes, despesas que precisam obrigatoriamente ser licitadas.

Ressaltamos ainda que a única dificuldade para execução dos créditos recebidos através de descentralizações externas foi quanto ao período em que ocorreram as liberações (segundo semestre), em que normalmente as demandas de processos licitatórios tendem a aumentar, prejudicando a execução orçamentária da UJ.Apesar desse óbice, foram executados cerca de 82% dos créditos recebidos.

2.4.4 Execução Orçamentária da Despesa

2.4.4.1 Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ

1.1.1.1 Despesas por Modalidade de Contratação

QUADRO A.2.8 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de	Despesa Li	quidada	Despesa paga					
Contratação	2011	2010	2011	2010				
Modalidade de Licitação	R\$ 4.769.664,05	R\$ 3.063.121,73	R\$ 4.769.664,05	R\$ 2.895.126,48				
Convite	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -				
Tomada de Preços	R\$ 277.056,27	R\$ 717.406,21	R\$ 277.056,27	R\$ 658.045,78				
Concorrência	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -				
Pregão	R\$ 3.966.555,47	R\$ 2.251.585,72	R\$ 3.966.555,47	R\$ 2.142.950,90				
Concurso	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -				
Consulta	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -				
Registro de Preços	R\$ 526.052,31	R\$ 94.129,80	R\$ 526.052,31	R\$ 94.129,80				
Contratações Diretas	R\$ 936.961,16	R\$ 1.363.575,15	R\$ 936.961,16	R\$ 1.314.395,33				
Dispensa	R\$ 398.915,82	R\$ 419.875,42	R\$ 398.915,82	R\$ 417.854,34				
Inexigibilidade	R\$ 538.045,34	R\$ 943.699,73	R\$ 538.045,34	R\$ 896.540,99				
Regime de Execução Especial	R\$ -	R\$ 4.497,25	R\$ -	R\$ 4.497,25				
Suprimento de Fundos	R\$ -	R\$ 13.493,90	R\$ -	R\$ 4.497,25				
Pagamento de Pessoal	R\$ 45.303.641,11	R\$ 29.088.870,88	R\$ 45.303.641,11	R\$ 37.773.203,81				
Pagamento em Folha	R\$ 44.892.385,03	R\$ 28.752.502,76	R\$ 44.892.385,03	R\$ 37.227.982,23				
Diárias	R\$ 411.256,08	R\$ 336.368,12	R\$ 411.256,08	R\$ 545.221,58				
Outros	R\$ 2.468.723,74	R\$ 1.345.947,77	R\$ 2.468.723,74	R\$ 2.154.823,41				
Totais	R\$ 53.478.990,06	R\$ 34.866.012,78	R\$ 53.478.990,06	R\$ 44.142.046,28				
Fonte: SIAFI GERENCIA	AL	·						

1.1.1.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

QUADRO A.2.9 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ

Valores em R\$ 1.00

Grupos de Despesa	Desnes	sa Empenhada	Desne	sa Liquidada	RP não	o processados	Valores Pagos			
Exercícios	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010		
1 – Despesas de Pessoal	R\$ 41.631.181,58	R\$ 34.760.790,44	41.631.181,58	R\$ 34.760.790,44	R\$ -	-	41.631.181,58	R\$ 34.760.790,44		
Vencimentos e Salários	R\$ 31.659.561,14	R\$ 26.538.291,68	31.659.561,14	R\$ 26.538.291,68	R\$ -	R\$ -	31.659.561,14	R\$26.538.291,68		
Obrigações Patronais	R\$ 6.535.792,06	R\$ 5.472.548,93	6.535.792,06	R\$ 5.472.548,93	R\$ -	R\$ -	6.535.792,06	R\$ 5.472.548,93		
Aposentadorias	R\$ 1.257.626,33	R\$ 939.965,67	1.257.626,33	R\$ 939.965,67	R\$ -	R\$ -	1.257.626,33	R\$ 939.965,67		
Demais elementos do grupo	R\$ 2.178.202,05	R\$ 1.809.984,16	2.178.202,05	R\$ 1.809.984,16	R\$ -	R\$ -	2.178.202,05	R\$ 1.809.984,16		
2 – Juros e Encargos da Dívida	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
Nome 1º elemento de despesa	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
Nome 2º elemento de despesa	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
Nome 3º elemento de despesa	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
Demais elementos do grupo	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		
3 – Outras Despesas Correntes	R\$ 13.892.345,22	R\$ 10.873.330,25	R\$ 10.830.161,20	R\$ 8.759.033,96	R\$ 3.062.184,02	R\$ 2.114.296,29	R\$ 10.830.161,20			
Serv. Terc. Pessoa Jurídica	R\$ 2.757.925,77	R\$ 3.542.470,24	R\$ 1.625.314,28	R\$ 2.507.523,80	R\$ 1.132.611,49	R\$1.034.946,44	R\$ 1.625.314,28	R\$ 2.434.966,38		
Aux. Financeiro a Estudantes	R\$ 2.278.741,90	R\$ -	R\$ 1.842.053,72	R\$ -	R\$ 436.688,18	R\$ -	R\$ 1.842.053,72	R\$ -		
Auxílio Alimentação	R\$ -	R\$ 1.642.872,15	R\$ -	R\$ 1.642.872,15	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 1.642.872,15		
Locação de Mão de Obra	R\$ 2.273.686,59	R\$ -	R\$ 1.963.945,23	R\$ -	R\$ 309.741,36	R\$ -	R\$ 1.963.945,23	R\$ -		
Aux. Financeiro a Estudantes	R\$ -	R\$ 1.496.406,01	R\$ -	R\$ 1.254.173,28	R\$ -	R\$ 242.232,73	R\$ -	R\$ 1.253.853,28		
Demais elementos do grupo	R\$ 6.581.990,96	R\$ 4.191.581,85	R\$ 5.398.847,97	R\$ 3.354.464,73	R\$ 1.183.142,99	R\$ 837.117,12	R\$ 5.398.847,97	R\$ 3.267.825,58		
Totais	R\$ 55.523.526,80	R\$ 45.634.120,69	R\$ 52.461.342,78	R\$ 43.519.824,40	R\$ 3.062.184,02	R\$ 2.114.296,29	R\$ 52.461.342,78	R\$ 34.760.790,44		

1.1.1.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

QUADRO A.2.10 DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa E	hada	Despesa Liquidada			RP não processados				Valores Pagos					
Exercícios	2011		2010		2011		2010	2011		2010		2011			2010
4 – Investimentos	R\$ 16.872.213,03	R\$	7.539.826,07	R	\$ 1.017.647,28	R\$	841.702,01	R\$	15.854.565,75	R\$	6.698.124,06	R\$	1.017.647,28	R\$ 781.738,45	
Obras e Instalações	R\$ 12.251.096,53	R\$	7.004.405,37	R\$	165.440,25	R\$	717.406,21	R\$	12.085.656,28	R\$	6.286.999,16	R\$	165.440,25	R\$	658.045,78
Material Permanente	R\$ 4.246.715,34	R\$	535.411,11	R\$	739.900,37	R\$	124.286,21	R\$	3.506.814,97	R\$	411.124,90	R\$	739.900,37	R\$	123.683,08
Serv. Terc. Pessoa Jurídica	R\$ 262.688,50	R\$	-	R\$	594,00	R\$	-	R\$	262.094,50	R\$	-	R\$	594,00	R\$	-
Despesa Exercício Anterior	R\$ -	R\$	9,59	R\$	-	R\$	9,59	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	9,59
Demais elementos do grupo	R\$ 111.712,66			R\$	111.712,66			R\$	-			R\$	111.712,66		
5 – Inversões Financeiras	R\$ -	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	_	R\$	-	R\$	-	R\$	_
1º elemento de despesa	R\$ -	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-
2º elemento de despesa	R\$ -	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-
3º elemento de despesa	R\$ -	R\$	_	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-
Demais elementos do grupo	R\$ -	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-
6 – Amortização da Dívida	R\$ -	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	_	R\$	-	R\$	-
1º elemento de despesa	R\$ -	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-
2º elemento de despesa	R\$ -	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-
3º elemento de despesa	R\$ -	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-
Demais elementos do grupo	R\$ -	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-
Totais	R\$ 16.872.213,03	R\$	7.539.826,07	R\$	1.017.647,28	R\$	841.702,01	R\$	15.854.565,75	R\$	6.698.124,06	R\$	1.017.647,28	R\$	781.738,45

Análise Crítica

A dotação concedida a UJ para atender as despesas com a folha de pessoal e encargos sociais foi na ordem de R\$ 42.598.914,00 (Quarenta e dois milhões, quinhentos e noventa e oito mil, novecentos e quatorze reais), tendo sua execução finalizada no valor de R\$ 41.631.181,58 (Quarenta e um milhões, seiscentos e trinta e um mil, cento e oitenta e um reais e cinqüenta e oito centavos). Desse montante final, a despesa mais expressiva foi referente aos vencimentos e salários, que representaram em média de 76% da dotação total executada.

Informa-se ainda que a liberação dos créditos para custear despesas correntes foram no montante de R\$ 15.842.923,00 (Quinze milhões, oitocentos e quarenta e dois mil, novecentos e vinte e três reais), finalizando sua execução no valor de R\$ 13.892.345,22 (Treze milhões, oitocentos e noventa e dois mil, trezentos e quarenta e cinco reais e vinte e dois centavos). Cabe destacar que a despesa que teve maior expressividade no orçamento foi no grupo de despesas correntes, especificamente com Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, que englobam as seguintes despesas: energia elétrica, telefonia, manutenção predial, seguida das despesas com auxílio financeiro a estudantes, que possibilitou a execução do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES no valor de R\$ 2.278.741,90 (Dois milhões, duzentos e setenta e oito mil, setecentos e quarenta e um reais e noventa centavos).

A dotação orçamentária para atender despesas de capital foi no montante de R\$ 20.729.514,00 (Vinte milhões, setecentos e vinte e nove mil, quinhentos e quatorze reais), sendo finalizada no valor de R\$ 16.872.213,03 (Dezesseis milhões, oitocentos e setenta e dois mil, duzentos e treze reais e três centavos). Desse montante, cerca de 73% foram aplicados em obras, reformas e ampliações da infraestrutura desta IFES.

Observa-se ainda que, em relação ao exercício anterior houve um acréscimo relevante no volume de recursos para atender as despesas com investimentos, evento este que se deve ao fato da liberação de créditos orçamentários provenientes de Emendas Parlamentares que totalizaram em R\$ 9.570.000,00 (Nove milhões, quinhentos e setenta mil reais), sendo R\$ 950.000,00 (Novecentos e cinqüenta mil reais) para despesas de custeio e R\$ 8.620.000,00 (Oito milhões, seiscentos e vinte mil reais) para despesas de capital.

2.4.4.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação2.4.4.3 Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação

QUADRO A.2.11 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

Em R\$ 1,00

Madalidada da Cantuata a	Despesa L	iquidada	Despesa paga						
Modalidade de Contratação	2011	2010	2011	2010					
Licitação	R\$ 1.106.500,94	R\$ 251.049,41	R\$ 1.106.500,94	R\$ 223.300,81					
Convite	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -					
Tomada de Preços	R\$ 920.193,98	R\$ -	R\$ 920.193,98	R\$ -					
Concorrência	R\$ -	R\$ -		R\$ -					
Pregão	R\$ 186.306,96	R\$ 251.049,41	R\$ 186.306,96	R\$ 223.300,81					
Concurso	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -					
Consulta	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -					
Contratações Diretas	R\$ 530.712,48	R\$ -	R\$ 379.772,48	R\$ -					
Dispensa	R\$ 530.712,48	R\$ -	R\$ 379.772,48	R\$ -					
Inexigibilidade	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -					
Regime de Execução Especial	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -					
Suprimento de Fundos	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -					
Pagamento de Pessoal	R\$ 13.005,00	R\$ 19.932,03	R\$ 13.005,00	R\$ 19.932,03					
Pagamento em Folha	R\$ 4.000,00	R\$ -	R\$ 4.000,00	R\$ -					
Diárias	R\$ 9.005,00	R\$ 19.932,03	R\$ 9.005,00	R\$ 19.932,03					
Outras	R\$ 165.203,07	R\$ 29.460,00	R\$ 65.203,07	R\$ 29.460,00					
Totais	R\$ 1.815.421,49	R\$ 300.441,44	R\$ 1.664.481,49	R\$ 272.692,84					

2.4.5. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação QUADRO A.2.12 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Desp	esa Empenhada	Despes	sa Liquidada	RP nã	o processados	Valores Pagos		
Exercícios	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	
1 – Despesas de Pessoal	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
1º elemento de despesa	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
2º elemento de despesa	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
3º elemento de despesa	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
Demais elementos do grupo	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
2 – Juros e Encargos da Dívida	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
1º elemento de despesa	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
2º elemento de despesa	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
3º elemento de despesa	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
Demais elementos do grupo	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
3- Outras Despesas Correntes	R\$ 1.421.841,71	R\$ 1.847.275,61	R\$ 574.791,63	R\$ 54.906,97	R\$ 847.050,08	R\$ 1.792.368,64	R\$ 546.759,35	R\$ 54.906,97	
Serv. Terc.Pessoa Jurídica	R\$ 663.314,66	R\$ 1.624.831,06	R\$ 357.548,88	R\$ -	R\$ 305.765,78	R\$ 1.624.831,06	R\$ 330.456,60	R\$ -	
Serv. Terc. Pessoa Física	R\$ 481.820,00	R\$ 103.541,70	R\$ 159.366,40	R\$ 6.861,70	R\$ 322.453,60	R\$ 96.680,00	R\$ 159.366,40	R\$ 6.861,70	
Material de Consumo	R\$ 106.258,67	R\$ -	R\$ 25.141,97	R\$ -	R\$ 81.116,70	R\$ -	R\$ 24.201,97	R\$ -	
Passagem no país	R\$ -	R\$ 34.910,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 34.910,00	R\$ -	R\$ -	
Demais elementos do grupo	R\$ 170.448,38	R\$ 83.992,85	R\$ 32.734,38	R\$ 48.045,27	R\$ 137.714,00	R\$ 35.947,58	R\$ 32.734,38	R\$ 48.045,27	
Totais	R\$ 1.421.841,71	R\$ 1.847.275,61	R\$ 574.791,63	R\$ 54.906,97	R\$ 847.050,08	R\$ 1.792.368,64	R\$ 546.759,35	R\$ 54.906,97	

2.4.6. Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação QUADRO A.2.13 - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

Em R\$ 1,00

Grupos de Despesa		Despesa En	npenl	nada	Despesa Liquidada			ada	RP não processados				Valores Pagos			
Exercícios		2011		2010		2011		2010		2011		2010		2011		2010
4 - Investimentos	R\$	6.033.359,18	R\$	531.505,04	R\$	1.240.629,86	R\$	245.534,47	R\$	4.792.729,32	R\$	285.970,57	R\$	1.240.629,86	R\$	217.785,87
Obras e Instalações	R\$	4.395.558,58	R\$	-	R\$	920.193,98			R\$	3.475.364,60	R\$	-	R\$	920.193,98		
Material Permanente	R\$	-	R\$	531.505,04	R\$	-	R\$	245.534,47	R\$	-	R\$	285.970,57			R\$	217.785,87
Material Permanente	R\$	1.637.800,60	R\$	-	R\$	320.435,88	R\$	-	R\$	1.317.364,72	R\$	-	R\$	320.435,88		
3º elemento de despesa	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-
Demais elementos do grupo	R\$	_	R\$		R\$	_	R\$	_	R\$	_	R\$	_	R\$	_	R\$	-
5 - Inversões Financeiras	R\$	-	R\$		R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	
1º elemento de despesa	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	_
2º elemento de despesa	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-
3º elemento de despesa	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-
Demais elementos do grupo	R\$	-	R\$		R\$	_	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-
6 - Amortização da Dívida	R\$		R\$		R\$	-	R\$		R\$		R\$	-	R\$		R\$	
1º elemento de despesa	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-
2º elemento de despesa	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-
3º elemento de despesa Demais elementos do grupo	R\$	-	R\$	1	R\$	-	R\$	_	R\$	_	R\$	_	R\$	_	R\$	-
Totais	R\$	6.033.359,18		531.505,04		1.240.629,86	R\$	245.534,47		4.792.729,32		285.970,57		1.240.629,86		217.785,87

Análise crítica

A dotação recebida por esta UJ por meio de descentralização externa, totalizou o montante de R\$ 9.124.550,09 (Nove milhões, cento e vinte e quatro mil, quinhentos e cinqüenta reais e nove centavos), sendo efetivamente empenhado o valor de R\$ 7.455.200,89 (Sete milhões, quatrocentos e cinqüenta e cinco mil, duzentos reais e oitenta e nove centavos), o que representa cerca de 82% dos recursos descentralizados.

As despesas correntes empenhadas totalizaram o montante de R\$ 1.421.841,71 (Hum milhão, quatrocentos e vinte e um mil, oitocentos e quarenta e um reais e setenta e um centavos), sendo liquidados e efetivamente pagos 38% do valor total.

No grupo das despesas correntes, destacaram-se com certa expressividade os Serviços de Terceiro – Pessoa Jurídica, que totalizou o montante de R\$ 663.314,66 (Seiscentos e sessenta e três mil, trezentos e quatorze reais e sessenta e seis centavos), seguido por despesas com Serviços de Terceiro – Pessoa Física, no valor de R\$ 481.820,00 (Quatrocentos e oitenta e um mil oitocentos e vinte reais).

Quanto as despesas com investimentos, essas totalizaram o valor de R\$ 6.033.359,18 (Seis milhões, trinta e três mil, trezentos e cinqüenta e nove reais e dezoitos centavos), sendo efetivamente pago o valor de R\$ 1.240.629,86 (Hum milhão, duzentos e quarenta mil, seiscentos e vinte e nove reais e oitenta e seis centavos), que representa cerca de 21% do valor total. Cabe destacar que o restante dos recursos foi inscritos em restos a pagar não processados, tendo em vista a tardia liberação das notas de crédito que ocorreu na maioria das vezes, no segundo semestre de 2011, o que dificultou a sua plena execução.

2.4.7 Indicadores Institucionais

A Fundação Universidade Federal do Amapá utiliza os indicadores de desempenho das IFES, nos termos da Decisão nº TCU 408/2020 – Plenário e modificações posteriores, descrito no item "7" da Parte "C" do anexo II da DN TCU Nº108/, de 24/11/2010.

Cabe destacar que a UNIFAP possui os indicadores estabelecidos no Plano de Reestruturação e Expansão alusivo ao REUNI, desde o exercício de 2008, proporcionado a sociedade diversos benefícios sejam eles de reestruturação ou expansão, com o oferecimento de vagas em concursos públicos para docentes e técnico-administrativos, ampliação da infraestrutura física, bem como investimentos no ensino, pesquisa e extensão.

Por intermédio do plano supracitado, foram implantados no exercício de 2011 dois cursos de graduação, a saber: Comunicação Social (50 vagas) e Relações Internacionais (50 vagas), totalizando 100 novas vagas. Informa-se ainda que houve aumento na contratação de servidores, tanto docentes, quanto técnico administrativos.

3. PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010

3.1 RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

Não se aplica. Os créditos orçamentários liberados foram suficientes para a realização de todas as despesas desta UJ.

4. PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

4.1. PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

QUADRO A.4.1 - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Valores em R\$ 1.00

		Restos a Pag	ar Processados										
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011									
2010	R\$ 219.480,13	R\$ 1.039,75	R\$ 218.440,38	R\$ -									
2009	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -									
2008	R\$ 124.018,12	R\$ -	R\$ 124.018,12										
2007	R\$ 32.220,48	R\$ 32.220,48	R\$ -	R\$ -									
	Restos a Pagar não Processados												
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011									
2010	R\$ 8.812.420,35	R\$ 753.118,76	R\$ 6.191.269,52	R\$ 1.868.032,07									
2009	R\$ 100.270,70	R\$ 68.270,70	R\$ 32.000,00	R\$ -									
2008	R\$ 144.992,79	R\$ 137.109,79	R\$ 7.485,00	R\$ 398,00									
2007	R\$ 421.976,05	R\$ 421.976,05	R\$ -	R\$ -									
Observaçã	o: Validade dos Rl	P's até 30/06/2012,	conforme Decreto nº 7	7.654/2011									

Fonte: SIAFI GERENCIAL

4.2. ANÁLISE CRÍTICA

Analisando a gestão do pagamento de Restos a Pagar de exercícios anteriores, apresentamos as seguintes observações no exercício de 2011:

Quanto aos Restos a Pagar Processados referentes aos exercícios de 2007 a 2010, apresentaram um somatório de inscritos no valor de R\$ 375.718,73 (Trezentos e setenta e cinco mil setecentos e dezoito reais e setenta e três centavos), com cancelamento acumulado, em 2010, de R\$ 33.260,23 (Trinta e três mil duzentos e sessenta reais e vinte e três centavos), totalizando os pagamentos acumulados em 342.458,50 (Trezentos e quarenta e dois mil, quatrocentos e cinqüenta e oito reais e cinqüenta centavos), zerando, portanto o saldo a pagar.

Ressaltamos que os pagamentos de Restos a Pagar Processados ocorreram de acordo com os procedimentos legais, não ocasionando transtornos para esta UJ.

Em relação aos Restos a Pagar Não Processados, apresentaram em 31/12/2011 um somatório de inscritos no valor de R\$ 9.479.659,89 (Nove milhões quatrocentos e setenta e nove mil, seiscentos e cinqüenta e nove reais e oitenta e nove centavos), com cancelamento acumulados no valor de R\$ 1.380.475,30 (Hum milhão trezentos e oitenta mil, quatrocentos e setenta e cinco reais e trinta centavos), pagamentos acumulados no valor de R\$ 6.230.754,52 (Seis milhões duzentos e trinta mil, setecentos e cinqüenta e quatro reais e cinqüenta e dois centavos), apresentando um saldo a pagar no valor de R\$ 1.868.430,07 (Hum milhão oitocentos e sessenta e oito mil, quatrocentos e trinta reais e sete centavos).

Quanto à execução dos Restos a Pagar Não Processados, observamos um aumento significativo nos cancelamento, fato este que ocorreu em virtude de diversos fatores, como o pedido de cancelamento pelo próprio fornecedor, bem como através de levantamento das pendências pela UJ.

Diante do exposto informamos que está Instituição está tomando como medidas saneadoras, maneiras de subsidiar os procedimentos para viabilizar a execução dos Restos a Pagar, bem como a liquidação dos empenhos emitidos no exercício de 2011, para que seja liquidado e pago dentro do exercício corrente, a fim de diminuir significativamente a inscrição de Restos a Pagar para o exercício de 2012.

Em relação aos atos legais que autorizam a validade dos RP's de 2007 a 2010 os mesmos estão amparados pelo Decreto nº 7.654, de 23/12/2011, que determinada sua validade até 30/06/2012.

5. PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

5.1. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS

5.1.1 Demonstração da força de trabalho à disposição da unidade jurisdicionada QUADRO A.5.1. – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

	Lotaç	ão	Ingressos	Egressos
Tipologias dos Cargos	Autorizada	Efetiva	no exercício	no exercício
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)	-	526	33	17
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	ı	=	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	-	526	33	17
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	-	500	33	17
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	1	-	-
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	-	ı	-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	-	25		
2. Servidores com Contratos Temporários	-	50	42	16
3. Total de Servidores (1+2)	Não há	576	75	33

5.1.2 Situações que reduzem a força de trabalho efetiva da unidade Jurisdicionada QUADRO A.5.2 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ SITUAÇÃO 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	5
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	3
1.2. Exercício de Função de Confiança 1.3. Outras situações previstas em leis específicas (Decreto nº4050/2001, e no art.93 da Lei	-
n°.8.112/90)	2
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	33
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	-
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	4
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	-
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Gradução Stricto Sensu no País	29
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	-
3.1. De oficio, no interesse da Administração	-
3.2. A pedido, a critério da Administração 3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	-
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	-
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	-
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	-
4.1. Doença em pessoa da família	-
4.2. Capacitação	-
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	2
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	-
5.2. Serviço militar	-
5.3. Atividade política	-
5.4. Interesses particulares	2
5.5. Mandato classista	-
6. Outras situações (Especificar o ato normativo) - exercício provisório	2
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	42

5.1.3 Quantificação dos cargos em comissão e das funções gratificadas da unidade jurisdicionada

QUADRO A.5.3 – DETALHAMENTO ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)

Tipologias dos cargos em comissão e das funções	Lota		Ingressos no	Egressos no
gratificadas	Autorizada	Efetiva	exercício	exercício
1. Cargos em comissão	29	29	8	4
1.1. Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior				
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	29	29	8	4
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
1.2.4. Sem vínculo	-	-	-	-
1.2.5. Aposentados	-	-	-	-
2. Funções gratificadas	79	75	28	19
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		73	27	18
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas		2	1	1
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	108	104	36	23

5.1.4 Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a idade

QUADRO A.5.4 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

	Qua	ntidade de S	Servidores p	or Faixa Et	ária
Tipologias do Cargo	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de cargo efetivo	63	133	158	78	16
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	•	-	-
1.2. Servidores de Carreira	48	107	149	78	16
1.3. Servidores com Contratos Temporários	15	26	9	-	-
2. Provimento de cargo em comissão	11	28	43	20	2
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	•	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	3	8	12	6	-
2.3. Funções gratificadas	8	20	31	14	2
3. Totais (1+2)	74	161	201	98	18

5.1.5. Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a escolaridade

QUADRO A.5.5 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

		Quar	ıtidade	de pes	soas por	nível o	de escola	ridade	
Tipologias do Cargo	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo	-	-	-	-	71	102	85	128	62
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	-	-	-	71	57	82	126	62
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	45	3	2	-
2. Provimento de cargo em comissão	-	-	1	-	22	23	22	14	22
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	2	8	5	5	9
2.3. Funções gratificadas	İ	1	1	-	20	15	17	9	13
3. Totais (1+2)	-	-	1	-	93	125	107	142	84

<u>LEGENDA</u>

Nível de Escolaridade

1 – Analfabeto; 2 – Alfabetizado sem cursos regulares; 3 – Primeiro grau incompleto; 4 – Primeiro grau; 5 – Segundo grau ou técnico; 6 – Superior; 7 – Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 – Não Classificada.

5.2. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS

5.2.1 Classificação do quadro de servidores inativos da unidade jurisdicionada segundo o regime de proventos e de aposentadoria

QUADRO A.5.6 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31 DE DEZEMBRO

	Quanti	dade
Regime de proventos / Regime de aposentadoria	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias iniciadas no exercício de referência
1. Integral	15	4
1.1 Voluntária	14	4
1.2 Compulsória	-	
1.3 Invalidez Permanente	1	
1.4 Outras	-	
2. Proporcional	8	-
2.1 Voluntária	7	
2.2 Compulsória	1	
2.3 Invalidez Permanente	-	
2.4 Outras		
3. Totais (1+2)	23	4

5.2.2 Demonstração das origens das pensões pagas pela unidade jurisdicionada

QUADRO A.5.7 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

	Quantidade de Ben	eficiários de Pensão
Regime de proventos do servidor instituidor	Acumulada até 31/12	Iniciada no exercício de referência
1. Aposentado	3	-
1.1. Integral	2	
1.2. Proporcional	1	
2. Em Atividade	22	4
3. Total (1+2)	25	4

5.3. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Este item não se aplica à natureza da Fundação Universidade Federal do Amapá, uma vez que não dispomos de estagiários, mas de bolsa trabalho que é paga por meio de assistência estudantil.

5.4. DEMONSTRAÇÃO DOS CUSTOS DE PESSOAL DA UNIDADE JURISDICIONADA QUADRO A.5.9 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES

Valores em R\$ 1,00

75° 1	• ,	T 7			Despes	sas Variáveis			Despesas de	D .~	
Tipolog Exercíc		Vencimentos e vantagens fixas	Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis	Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
					Membros d	e poder e agentes	políticos				
soi	2011										-
Exercícios	2010										-
EX	2009										-
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão											
So	2011	13.101.443,86	439.540,95	4.645.091,20	1.061.895,01	155.811.302,00	811.704,76	2.502.683,50		283.056,72	178.656.718,00
Exercícios	2010	18.210.945,30				930	345.272,25	297.520,83			18.854.668,38
Ex	2009	14.121.515,77	6.146,58			2.540,00	229.841,99	291.641,39			14.651.685,73
					Servidores co	om Contratos Te	mporários				
So	2011	697.699,04		117.245,20	67.067,95	81.378,00	2.460,00	53.771,61			1.019.621,80
Exercícios	2010	761.268,56					3.859,17				765.127,73
Ex	2009	416.407,47					5.432,84				421.840,31
					Servidores Ced	lidos com ônus ou	ı em Licença				
SO	2011	229.505,92	30.013,92	65.157,35	81.985,32	15.487,62	51.836,35	58.379,77		24.035,00	4.668.784,32
Exercícios	2010	3.910.517,62		110.269,73	438,1		52.365,44	38.792,18			7.919.802,44
Exc	2009	3.549.345,10	1.326,38	161.405,28		415	53.022,89	41.904,72			3.807.419,37

	Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial												
soi	2011			2.998,64	15.330,86			2.091,45			20.420,95		
Exercícios	2010										-		
Ex	2009	2.507,57		3.282,45				3.729,60			9.519,62		
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior													
soi	2011	1.014.443,81	69.035,88	724.037,48	1.842.041,98	122.645,60	39.486,77	515.441,35		501,60	4.327.634,47		
Exercícios	2010	1.529.926,16	-	814.378,80		930	24.090,03	49.576,53			2.418.901,52		
Ex	2009	1.111.281,31	417,88	707.510,15			10.975,60	50.394,50			1.880.579,44		
					Servidores ocup	antes de Funções	gratificadas						
soi	2011	2.192.196,83	40.829,00	881.274,46	1.614.488,35	293.919,81	193.712,35	473.311,20		47.686,24	5.737.418,24		
Exercícios	2010	3.161.587,83		372.005,59		474,99	59.301,90	96.974,52			3.690.344,83		
Ex	2009	2.339.568,60	1.120,58	313.926,87			54.335,28	60.919,21			2.769.870,54		

- 5.5. TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA PELA UNIDADE JURISDICIONADA
- 5.5.1 Informações sobre terceirização de cargos e atividades do plano de cargos do órgão

Este item se aplica à natureza da UNIFAP, porém não houve ocorrência no referido exercício, pois esta IFES não terceirizou servidores para exercer cargos ou atividades típicas de categorias funcionais do plano de cargos.

5.5.2 Autorizações expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para realização de concursos públicos para substituição de terceirizados.

Este item se aplica à natureza da UNIFAP, porém não houveram autorizações expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para a realização de concursos públicos para substituição de terceirizados.

5.5.3 Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela unidade

QUADRO A.5.12 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Nome: Fundação Universidade Federal do Amapá UG/Gestão: 26286/154215 CNPJ: 34.868.257/0001-81 Informações sobre os contratos Informações sobre os contratos Período contratual de execução das atividades contratadas F M S Sit.

Ano do	Ano do		Identificação do	CNPJ da Empresa		Período contratual de execução das				Escolaridade exigido dos alhadores contratados			
contrato	Area	ea Natureza Contrato Contratada					F		M		S		Sit.
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2007	L	0	Serviços de Limpeza	22.919.047/0001-96	01/08/2007	31/03/2011	35	36					E
2009	V	О	Serviços de Vigilância	06.272.413/0009-69	01/04/2009	30/06/2011			40	40			E
2011	L	О	Serviços de Limpeza	07.486.779/0001-46	01/06/2011	31/12/2012	47	47					A
2011	L	Е	Serviços de limpeza	07.486.779/0001-46	01/04/2011	31/05/2011	35	36					E
2011	V	О	Serviços de vigilância	08.531.731/0001-75	01/07/2011	31/12/2012	42	42					A
2011	V	О	Serviços de vigilância	08.531.731/0001-75	27/07/2011	31/12/2012	04	04					A

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: DEPLAN/UNIFAP

5.5.4 Informações sobre locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão

QUADRO A.5.13 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

				Unidade Co	ontratante									
Nome:	Fund	lação Unive	ersidade Federal do Amapá											
UG/Gestão:	2628	6/154215			CNPJ: 34.868.25	257/0001-81								
Informações sobre os contratos														
				CNPJ da Empresa	Período contrat	•	1	Nível de traba	Escolari lhadore		_	os	Sit.	
Ano do contrato	Ano do contrato Área Natureza Identificação do Con		Identificação do Contrato	Contratada	das atividades	s contratadas		F	N	Л		5		
					Início		P	C	P	C	P	C		
2009	1	0	Serviços de Reprografia	34.871.319/0001-04	13/03/2009	31/07/2012			3	1			A	
2009	7	0	Serviços de Reprografia	34.871.319/0001-04	28/07/2009	31/07/2012			1	2			A	
				LEGE	<u>NDA</u>									
Área:						Natureza: (O)	Ordinár	ia; (E) Eı	mergenc	ial.				
1. Conservação e L	impeza	;	8. Reprografia;			Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.								
2. Segurança;			9. Telecomunicações;			Situação do Co Ativo Prorrogad				al; (P)				
3. Vigilância;			10. Manutenção de bens móv	veis		Quantidade de contrato; (C) Ef	traball	hadores:	(P) Pre	vista no				
4. Transportes;			11. Manutenção de bens imó	veis										
5. Informática;														
6. Copeiragem;			13. Apoio Administrativo – I	Menores Aprendizes										
7. Recepção;			14. Outras											

Fonte:DEPLAN/UNIFAP

5.6 INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS

Para promover a Educação Continuada dos servidores, a UNIFAP realiza anualmente por meio do Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento criado pela Lei nº 11.091 de 12/01/2005, 22 ações de cursos de conteúdos que variaram entre Gestão Pública, Gestão Educacional, Saúde do Cidadão, Inglês e Francês Básico, Inglês e Francês Instrumental e Metodologia da Pesquisa Científica.

Para avaliar o processo de capacitação e participação dos servidores identificaram-se dois indicadores:

- Progressões concedidas x nº de servidores participantes; e
- Número de servidores inscritos x servidores participantes nas ações.

No Indicador relativo às progressões obtidas pelos servidores, destaca-se que ao longo do ano, 36 progressões por capacitação foram concedidas aos servidores do quadro técnico-administrativo, número superior ao de 2010, que somaram apenas em 16 progressões. Esse resultado se explica pelo fato de que muitos servidores, apesar de terem participado dos cursos oferecidos pelo programa de capacitação de2010, só alcançaram o interstício de 18 meses para progredir no exercício de 2011. Das 36 progressões concedidas em 2011, 26 servidores progrediram por capacitação para o último nível.

Cabe destacar que, do total de 213 servidores pertencentes ao quadro técnico-administrativo desta IFES, apenas 62 destes participaram assiduamente de algum curso oferecido pelo programa em 2011. Deste número, 35 servidores participaram dos cursos oferecidos para atingirem o percentual mínimo para a progressão por capacitação. Por outro lado, houveram 19 servidores efetivos que participaram de cursos de capacitação, mesmo já tendo alcançado o último nível de progressão, que demonstraram interesse em se aperfeiçoar.

No que concerne ao número de inscritos x participantes, verifica-se quando da abertura das inscrições para os cursos um grande e expressivo número de inscrições de servidores para participação nos cursos, em média 35 inscrições para cada curso, no entanto, observa-se que só metade desse número comparece para participar efetivamente. Esse dado demonstra que a maioria dos servidores que se inscrevem são impedidos de participar dos cursos por algum fator de ordem pessoal ou profissional.

Avaliação de Desempenho

A UNIFAP realiza a avaliação institucional de desempenho conforme determina a Lei 11.091/2005, fazendo jus à progressão por mérito o Servidor que atingir o mínimo de 70% da média aritmética simples das avaliações. Em 2010 foram avaliados 114 servidores, desses 95 receberam desempenho "excelente", que corresponde a 83,33%, ao passo que 19 tiveram desempenho "bom", apresentando 16,67%.

No exercício de 2011 foram avaliados 140 servidores, sendo que 114 obteram desempenho "excelente", correspondente a 81,43%, porem 25 servidores apresentaram desempenho "bom", que corresponde a 17,86%, sendo que apenas um servidor obteve desempenho insuficiente, não fazendo jus a progressão.

Após analise dos dados referentes aos exercícios 2010 e 2011, observa-se um decréscimo do número de servidores com desempenho excelente, de 83,33% para 81,43%. Outro aspecto que merece destaque e quanto ao número de servidores que obtiveram desempenho bom de 16,67% para 17,86%, cabendo ressaltar que um servidor teve seu desempenho insuficiente no exercício de 2011.

Posto isso, percebe-se que as chefias imediatas e a equipe estão demonstrando a maturidade nos para realizar o processo avaliativo, que possibilita a eficácia organizacional.

6. PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

6.1 INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO

Este item se aplica à natureza da UNIFAP, porém não houve ocorrência no referido exercício, pois esta IFES não celebrou instrumentos de transferências.

6.1.1 Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de 2011

Este item se aplica à natureza da UNIFAP, pois esta IFES não possuía instrumentos de transferência vigentes no exercício de 2011.

6.1.2 Quantidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios

Este item se aplica à natureza da UNIFAP, porém não houve ocorrência de instrumentos de transferências celebrados nos três últimos exercícios.

6.1.3 Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferências que vigerão no exercício de 2012 e seguintes

Este item se aplica à natureza da UNIFAP, mas não houve ocorrências, pois esta IFES não possui instrumentos de transferências que vigerão no exercício de 2012 e seguintes.

6.2 INFORMAÇÕES SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVAS AOS CONVÊNIOS, TERMOS DE COOPERAÇÃO E CONTRATOS DE REPASSE

Este item se aplica à natureza da UNIFAP, porém não há ocorrências.

6.2.1 Informações sobre a análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse

Este item se aplica à natureza da UNIFAP, porém não há ocorrências.

7. PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU N° 108, DE 24/11/2010

7.1 DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV QUADRO A.7.1 – DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, Regina Schinda, CPF nº 491.626.759-15, Chefe da Divisão de Contratos e Convênios, exercido na Fundação Universidade Federal do Amapá declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais/SIASG, conforme estabelece o art.19 da Lei nº.12.309, de 09 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Declaro ainda, que no exercício de 2011 a Instituição não firmou Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria, em função disso, não há registros no SIASG e SICONV.

Macapá, 30 de março de 2012

Regina Schinda CPF n°. 491.626.759-15 Chefe da Divisão de Contratos e Convênios

8. PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010

8.1 SITUAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES IMPOSTAS PELA LEI Nº 8.730/93

QUADRO A.8.1 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

		Momento da Ocorrência da Obrigação Entregar a DBR					
Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro			
	Obrigados a entregar a DBR						
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1° da Lei n° 8.730/93)	Entregaram a DBR						
	Não cumpriram a obrigação						
	Obrigados a entregar a DBR	2					
Cargos Eletivos	Entregaram a DBR			2			
	Não cumpriram a obrigação						
Funções Comissionadas	Obrigados a entregar a DBR	102					
(Cargo, Emprego, Função de	Entregaram a DBR			64			
Confiança ou em comissão)	Não cumpriram a obrigação	38					

Fonte: CGP/UNIFAP

8.2 ANÁLISE CRÍTICA

Concernente a entrega da Declaração de Bens e Rendas-DBR, a Coordenação de Gestão de Pessoas expediu memorando circular advertindo os servidores sobre as penalidades impostas pela Lei 8.730/93, em seu art. 3º, parágrafo único, "b", nos casos da não entrega.

Cabe informar que as Declarações de Bens e Rendas são recepcionadas diretamente na secretaria da CGP, sendo os documentos entregues e arquivados em pastas próprias na DIBEN, porque a unidade gestora não possui um sistema informatizado para gerenciar a referida atividade. Diante da necessidade de modernizar a Coordenação, está sendo providenciada junto ao Departamento de Informática desta IFES, a criação de um sistema de gerenciamento de entregas de DBR.

Informa-se ainda que pequena parcela de servidores autorizam o acesso das informações constantes diretamente da base de dados da Receita Federal do Brasil-RFB.

Até o presente momento, não são realizadas pesquisas minuciosas na busca de incompatibilidades de patrimônio com a remuneração recebida.

9. PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.

9.1 Estrutura de controles internos da UJ

QUADRO A.9.1 – ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

Aspectos do sistema de controle interno		Av	alia	ção	
Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.			X		
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.		X			
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			X		
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.			X		
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		X			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.		X			
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.			X		
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.		X			
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.		X			
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.		X			
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		X			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			X		
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.			X		
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X	
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			X		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		

22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.			X		
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.			X		
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.			X		
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.			X		
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.			X		
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			X		
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.		X			
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.		X			

Considerações Gerais:

O preenchimento deste quadro foi participativo, uma vez que houve a reunião de pessoas que representam as áreas estratégicas da unidade, dentre estes o Vice Reitor e Pro-Reitores.

LEGENDA

Níveis de Avaliação

- (1) **Totalmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ
- (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria
- (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ
- (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.
- (5) **Totalmente válido.** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ

10. PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.

10.1 GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS QUADRO A.10.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental		A	valiaç	ão	
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
 1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? 				X	
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).					X
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.				X	
• Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?					
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).				X	
Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?					
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).					v
• Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?					X
 7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? 		X			
 8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem 		X			
sido manifestada nos procedimentos licitatórios? 9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.					X
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.		X			
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.		X			
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.		X			

• Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?			
 13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i>, comunicações oficiais, etc.)? 	X		
Considerações Gerais: O preenchimento deste quadro foi participativo, uma vez que houve a reunião de pessoas que representam as áreas estratégicas da unidade, dentre estes o Pró-Reitor de Administração e Planejamento e Diretores envolvidos no processo.			

LEGENDA

Níveis de Avaliação

- (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ
- (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria
- (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ
- **(4) Parcialmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.
- (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ

11. PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU Nº108, DE 24/11/2010.

11.1 GESTÃO DE BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL

QUADRO A.11.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

I OCAL IZAG	ÇÃO GEOGRÁFICA	QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ				
LOCALIZA	ÇAO GEOGRAFICA	EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010			
	ESTADO DO AMAPÁ	7	-			
	0601-AMAPÁ	1				
	0605-MACAPÁ	1				
	0607-MAZAGÃO	1				
	0609-OIAPOQUE	1				
BRASIL	0613-LARANJAL DO JARI	1				
	0615-SANTANA	1				
	0671-PORTO GRANDE	1				
	UF "n"	-	-			
	Município 1					
	Município 2					
	Município "n"					
	Subtotal Brasil	7	-			
	PAÍS 1	-	-			
	Cidade 1					
	Cidade 2					
EXTERIOR	Cidade "n"					
EATERIOR	PAÍS "n"	-	-			
	Cidade 1					
	Cidade 2					
	Cidade "n"					
Subtotal Exte	erior	-	-			
Total (Brasil	*	7	-			

Fonte: SISTEMA DE GERENCIAMENTO DOS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DA UNIÃO-SPIUnet

QUADRO A.11.2 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS

Este item não se aplica à natureza da Fundação Universidade Federal do Amapá, pois esta IFES não possui sob sua responsabilidade imóvel locados de terceiros.

QUADRO A.11.3 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ

UG	RIP	Dagima	Estado de	Valor do Imóvel Despesa com Manutenção exercício			•	
UG	KIF	Regime	Conservação	Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
154215	0601.00067.500-4	21	3	84.000,00	4/12/2008		84.000,00	176.000,00
154215	0605.00195.500-3	21	4	14.487.991,44	19/8/2002		14.487.991,44	245.721.783,95
154215	0607.00013.500-9	21	3	30.375,00	29/11/2011		30.375,00	549.000,00
154215	0609.00041.500-8	21	6	55.440,00	2/12/2002		55.440,00	2.821.105,66
154215	0613.00008.500-6	5	4	46.200,00	19/9/2001		46.200,00	-
154215	0615.00058.500-5	21	4	266.600,00	24/3/2003	266.600,00		-
154215	0671.00009.500-9	23	-	420.000,00	4/12/2008		420.000,00	-
	Total						15.390.606,44	249.267.889,61

Fonte:SISTEMA DE GERENCIAMENTO DOS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DA UNIÃO-SPIUnet

Análise Crítica

A UNIFAP, através do setor de patrimônio já realizou o cadastramento dos imóveis sob sua responsabilidade no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União-SPIUnet, restando pendente a execução da avaliação e reavaliação dos referidos imóveis, tendo em vista a ausência em seu quadro de pessoal de técnicos habilitados para realizar as atividades supracitadas, nos termos da legislação vigente.

Como providencia para sanar a referida dificuldade, esta IFES realizará concurso público de provas e títulos para contratar engenheiro civil que ira compor a Comissão de Avaliação dos bens Imóveis.

12. PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.

12.1 GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)

QUADRO A 12.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

Quesitos a serem avaliados	1	2	3	4	5
Planejamento da área					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo		X			
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.				X	
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.		X			
Perfil dos Recursos Humanos envolvidos					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	10)			
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	х				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.		х			
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.		х			
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.	П			х	
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.		Х			
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.				X	
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.	П			X	
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	teı	ão rcei		açã	
13. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.				X	
14. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.		x			
15. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?			X		

Considerações Gerais:

O presente questionário foi preenchido pelo diretor do Departamento de Informática e demais técnicos envolvidos com a área de TI.

LEGENDA

Níveis de avaliação:

- (1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.
- (2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.
- (3) **Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
- (4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua majoria
- (5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.

Fonte: DINFO/UNIFAP

13. PARTE A, ITEM 13, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.

13.1 DESPESAS COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO QUADRO A.13.2 – DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA)

VALOR EM R\$ 1,00

Exercícios		Saque		Fatura	Total (R\$)	
Exercicios	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	(a+b)	
2011	=	-	=	-	-	
2010	-	-	3	4.497,25	4.497,25	
2009			4	13.493,90	13.493,90	

Fonte: DINFO/UNIFAP

13.1.1 Relação dos portadores de cartão de crédito corporativo na unidade e utilização no exercício

Em razão de não ter ocorrido despesas com Cartão de Crédito Corporativo no exercício de 2011, não há relação dos portadores do referido cartão na Unidade.

13.3.1 Utilização dos cartões de crédito corporativo da unidade

A UNIFAP não utilizou cartões de crédito corporativo no exercício de 2011.

14. PARTE A, ITEM 14, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.

14.1 RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS SOB GESTÃO DA UJ

Este item não se aplica à natureza da Fundação Universidade Federal do Amapá, tendo em vista que não arrecadamos receitas tributárias.

14.2 VALORES RENUNCIADOS E RESPECTIVA CONTRAPARTIDA

Este item não se aplica à natureza da Fundação Universidade Federal do Amapá, porque não arrecadamos receitas tributárias, logo não é responsável pela gestão de renuncia de receitas tributárias.

14.3 CONTRIBUINTES BENEFICIADOS PELA RENUNCIA – PESSOA JURÍDICA E FÍSICA

Este item não se aplica à natureza da Fundação Universidade Federal do Amapá, tendo em vista que não arrecadamos receitas tributárias em consequência não existe contribuinte beneficiado.

14.4 BENEFICIARIOS DA CONTRAPARTIDA DA RENUNCIA TRIBUTÁRIA – PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS

Este item não se aplica à natureza da Fundação Universidade Federal do Amapá, tendo em vista que não arrecadamos receitas tributárias.

14.5 PROGRAMAS ORÇAMENTÁRIOS FINCIADOS COM CONTRAPARTIDA DE RENUNCIA DE RECEITA TRIBUTÁRIA

Este item não se aplica à natureza da Fundação Universidade Federal do Amapá, tendo em vista que não arrecadamos receitas tributárias.

14.6 PRESTAÇÕES DE CONTAS DE RENUNCIA DE RECEITAS

Este item não se aplica à natureza da Fundação Universidade Federal do Amapá, tendo em vista que não arrecadamos receitas tributárias.

14.7 COMUNICAÇÕES À RBF

Este item não se aplica à natureza da Fundação Universidade Federal do Amapá, tendo em vista que não arrecadamos receitas tributárias.

14.8 INDICADORES DE GESTÃO DA RENÚNCIA DE RECEITAS

Este item não se aplica à natureza da Fundação Universidade Federal do Amapá, tendo em vista que não arrecadamos receitas tributárias.

14.9 DECLARAÇÃO

Este item não se aplica à natureza da Fundação Universidade Federal do Amapá, tendo em vista que não arrecadamos receitas tributárias.

14.10 FISCALIZAÇÕES REALIZADAS PELA RFB

Este item não se aplica à natureza da Fundação Universidade Federal do Amapá, tendo em vista que não arrecadamos receitas tributárias.

15. PARTE A, ITEM 15, DO ANEXO II DA DN TCU N° 108, DE 24/11/2010

15.1 DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

QUADRO A.15.1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada									
Denomi	Denominação completa:								
Fundaç	Fundação Universidade Federal do Amapá								
	Deliberações do TCU								
	Deliberações expedidas pelo TCU								
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida				
1	TC-021.067/2010-4	AC-5169-25/11-2	9.4.1						
Órgão/e	Código SIORG								
UNIFA	UNIFAP								
D									

Descrição da Deliberação:

Determinar à Fundação Universidade Federal do Amapá - UNIFAP, que encaminhe, no prazo de 60 dias, os processos administrativos relacionados à obtenção de ressarcimento, relativos à cessão de servidores do órgão, à Procuradoria da Fazenda Nacional no Estado do Amapá para fins de inscrição dos débitos na dívida ativa da União.

Providências Adotadas						
Setor responsável pela implementação	Código SIORG					
PROAP						

Síntese da providência adotada:

O Governo do Estado já ressarciu os valores relativos aos servidores cedidos.

Síntese dos resultados obtidos

O ressarcimento integral relativo aos servidores cedidos.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

O Governo do Estado reconheceu a dívida e executou o pagamento.

Unidade Jurisdicionada									
Denominação	Código SIORG								
Fundação Un	1710								
	Deliberações do TCU								
	D	eliberações expedida	s pelo TCU						
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida				
2	TC-021.067/2010-4	AC-5169-25/11-2	9.4.2						
Órgão/entidad	Código SIORG								
UNIFAP	1710								

Descrição da Deliberação:

Determinar à Fundação Universidade Federal do Amapá - UNIFAP, que providencie, no prazo de 60 dias, o retorno de todos os servidores cedidos cujos cessionários estejam em débito com a UNIFAP;e, em caso de não comparecimento de servidor, instaure processo administrativo disciplinar.

Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
PROAP	

Síntese da providência adotada:

Todos os servidores cedidos retornaram para a Instituição no prazo determinado.

Síntese dos resultados obtidos

Os referidos servidores estão em pleno exercício de suas funções.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Houve o cumprimento da determinação supracitada.

Unidade Jurisdicionada					
Denominaç	ção completa:				Código SIORG
Fundação	Universidade Federal	do Amapá			1710
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
3	TC-021.067/2010-4	AC-5169-25/11-2	9.4.3		
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação				Código SIORG	
UNIFAP					1710

Descrição da Deliberação:

Determinar à Fundação Universidade Federal do Amapá - UNIFAP, que notifique, no prazo de 60 dias, o Instituto Brasileiro de Educação e Gestão Ambiental (IBEG) para que encaminhe, imediatamente, a prestação de contas relativa ao Contrato nº10/2008, sob pena de inscrição na dívida ativa do débito não comprovado.

Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
PROAP	

Síntese da providência adotada:

A UNIFAP notificou o Instituto Brasileiro de Educação e Gestão Ambiental - IBEG para apresentar a prestação de contas do contrato 10/2008.

Síntese dos resultados obtidos

Recomendação plenamente atendida.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

O Instituto, apesar de notificado, apresentou a referida prestação de contas de forma intempestiva.

Unidade Jurisdicionada					
Denomi	nação completa:				Código SIORG
Fundação Universidade Federal do Amapá			1710		
	Deliberações do TCU				
	Deliberações expedidas pelo TCU				
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
4	TC-021.067/2010-4	AC-5169-25/11-2	9.4.5		
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação				Código SIORG	
UNIFAP					1710

Descrição da Deliberação:

Determinar à Fundação Universidade Federal do Amapá - UNIFAP, que registre todos os atos relacionados à pessoal no Sistema SISAC.

Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
COORDENAÇÃO DE GESTÃO DE PESSOAS	

Síntese da providência adotada:

A UNIFAP realizou a atualização dos dados de admissão, aposentadoria, pensão e desligamento no Sistema SISAC.

Síntese dos resultados obtidos

Sistema atualizado.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

O Sistema foi atualizado na versão on-line, facilitando o cumprimento da determinação.

15.2 DELIBERAÇÕES DO TECU PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO

QUADRO A.15.2 - SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada						
Denomi	nação completa:	Código SIORG				
Fundaç	ão Universidade Feder	al do Amapá			1710	
	Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU						
Ordem	Ordem Processo Acórdão Item Tipo				Comunicação Expedida	
5	TC-021.067/2010-4					
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG	
UNIFAP				1710		
D ' ~ 1 D !!! ~						

Descrição da Deliberação:

Determinar à Fundação Universidade Federal do Amapá - UNIFAP, que apure, no prazo de 120 dias, a responsabilidade pelos gastos realizados sem cobertura contratual no âmbito do Contrato Administrativo nº 8/2007, firmado com o Instituto Brasileiro de Educação e Gestão Ambiental (IBEG), e tome as medidas cabíveis com vistas à reposição do erário de tais recursos, sob pena de responsabilização solidária do gestor, nos termos do art.8° da Lei nº 8.443/1992.

Providências Adotadas		
Setor responsável pela implementação	Código SIORG	
PROAP		

Síntese da providência adotada:

Foi aberto o processo n.23125.002464/2011-44 para apurar a determinação do Tribunal de Contas da União.

Síntese dos resultados obtidos

Processo não concluído, tendo em vista que o diretor da unidade que deu causa a despesa não autorizada encontra-se afastado para pós graduação na Universidade Federal Fluminense na cidade do Rio de Janeiro.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

A dificuldade em concluir o processo posto que o servidor encontra-se em outro estado.

15.3 RECOMENDAÇÕES DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

OUADRO A 15 3 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

QUADRO.	QUADRO A.15.3 - RELATORIO DE COMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI				
Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa: Código SIORG					
Fundação	Universidade Federal do Amap	oá	1710		
	Rec	comendações do OCI			
	Recomen	dações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida		
1	1.1.2.1 - CONSTATAÇÃO: (001)	RECOMENDAÇÃO 02	RELATÓRIO DE AUDITORIA ANUAL DE CONTAS N°201108910 2ª PARTE		
Órgão/entidade objeto da recomendação Código SIORG					
UNIFAP		1710			
Descrição da Recomendação:					

Descrição da Recomendação:

Recomenda-se à Unidade que oriente os responsáveis pelos departamentos competentes que, ao ceder servidor público para atuar no âmbito de sua fundação de apoio em caráter esporádico e unicamente em assuntos da especialidade do servidor, observe os requisitos impostos pela legislação, assim como as determinações do Tribunal de Contas da União.

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Coordenação de Gestão de Pessoas	37617

Síntese da providência adotada:

A recomendação foi acatada pela administração, que através de memorando circular científicou as unidades administrativas quanto ao cumprimento do Decreto nº.7.423/2010.

Síntese dos resultados obtidos

Nos contratos com as fundações que de fato foram executados, a recomendação foi cumprida em sua plenitude. Ressaltamos que alguns contratos assinados não foram executados.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

As fundações foram notificadas sobre o cumprimento da legislação, todavia esta IFES não possui o controle dos atos praticados pelas fundações, inviabilizando a precisão quanto ao que foi requerido.

Recomendações do OCI				
Recomendações expedidas pelo OCI				
	Identificação do Relatório de			
Ordem	Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida	
2	1.1.2.2 - CONSTATAÇÃO: (002)	RECOMENDAÇÃO 01	RELATÓRIO DE AUDITORIA ANUAL DE CONTAS N°201108910 2ª PARTE	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG	
UNIFAP			1710	

Recomenda-se à Unidade que, ao ceder servidor público para atuar no âmbito de sua fundação de apoio, observe os requisitos impostos pela legislação, assim como as determinações do Tribunal de Contas da União.

Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG

Através de memorando circular, a administração cientificou as unidades administrativas que a cessão de servidores desta IFES para a sua fundação de apoio, só será realizada, mediante autorização do reitor e emissão de portaria ao servidor, pela Coordenação de Gestão de Pessoas.

Síntese dos resultados obtidos

A recomendação foi acatada pelos coordenadores de projetos.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

A plena realização da recomendação.

Unidade Jurisdicionada					
Denominaç	Denominação completa:				
Fundação 1	Universidade Federal do Ama	pá	1710		
	Reco	omendações do OCI			
	Recomendações expedidas pelo OCI				
	Identificação do Relatório		Comunicação		
Ordem	de Auditoria	Item do RA	Expedida		
5	1.1.4.1 - CONSTATAÇÃO: (004)	RECOMENDAÇÃO 01	RELATÓRIO DE AUDITORIA ANUAL DE CONTAS N°201108910 2ª PARTE		
			TARTE		

Recomenda-se à UNIFAP que, ao realizar procedimento licitatório, atenha-se a exigir de licitantes requisitos de qualificação técnica e econômica indispensáveis a garantia do cumprimento das obrigações, nos termos da legislação aplicável, evitando exigências que não tenham relevância para a execução do contrato.

Providências Adotadas		
Setor responsável pela implementação Código SIORG		
PROAP		

Os editais de licitação da UNIFAP estão sendo elaborados de acordo com as normas legais de licitação.

Síntese dos resultados obtidos

A UNIFAP não fez mais constar em seus editais de licitação requisitos que não tenham relevância para execução do contrato.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Os editais de licitação da UNIFAP estão sendo elaborados de acordo com as normas legais de licitação.

Unidade Jurisdicionada					
Denomina	ção completa:	Código SIORG			
Fundação	Universidade Federal do Ama	1710			
	Rec	omendações do OCI			
	Identificação do Relatório				
Ordem	de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida		
			RELATÓRIO DE		
6	1.1.4.2 - CONSTATAÇÃO: (005)	RECOMENDAÇÃO 01	AUDITORIA ANUAL		
			DE CONTAS		
			N°201108910 2ª PARTE		

Recomenda-se à UNIFAP que se abstenha terceirizar para fundação de apoio, atividades administrativas corriqueiras da Universidade, as quais estão vinculadas regimentalmente aos seus órgãos em que possam ser desenvolvidas por seu corpo técnico.

Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação Código SIORG			
PROAP			

A UNIFAP atendeu a recomendação, e as atividades terceirizadas repassadas as fundações de apoio estão de acordo com a legislação específica.

Síntese dos resultados obtidos

As contratações de fundações de apoio estão sendo realizadas de acordo com a legislação vigente.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Esta IFES vem atendendo a legislação vigente.

Unidade Jurisdicionada					
Denomina	ção completa:	Código SIORG			
Fundação	Universidade Federal do Am	1710			
	Rec	comendações do OCI			
	Recomen	dações expedidas pelo OCI			
	Identificação do Relatório				
Ordem	de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida		
			RELATÓRIO DE		
7	1.1.4.3 - CONSTATAÇÃO: (020)	RECOMENDAÇÃO 01	AUDITORIA ANUAL		
			DE CONTAS		
			N°201108910 2ª PARTE		

Recomenda-se à Unidade que proceda o correto enquadramento da despesa de fornecimento de energia elétrica como dispensa de licitação, nos termos do artigo 24, XXII da Lei 8.666/93.

Providências Adotadas		
Setor responsável pela implementação	Código SIORG	
DEPLAN		
	1' 1 1' ', ~ C '	

O enquadramento da despesa de fornecimento de energia elétrica como dispensa de licitação, foi realizada, nos termos do artigo 24, XXII da Lei 8.666/93.

Síntese dos resultados obtidos

Plena realização da recomendação.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

A UNIFAP atendeu integralmente o recomendado.

Unidade Jurisdicionada				
Denomina	ção completa:	Código SIORG		
Fundação	Universidade Federal do An	1710		
	Re	comendações do OCI		
	Recomer	ndações expedidas pelo OCI		
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida	
8	1.1.4.4 - CONSTATAÇÃO: (026)	RECOMENDAÇÃO 01	RELATÓRIO DE AUDITORIA ANUAL DE CONTAS Nº201108910 2ª PARTE	

Recomenda-se à UNIFAP que dê efetivo cumprimento as determinações exaradas pelo TCU, em análise, quais sejam: 1.8. promova junto ao Instituto Brasileiro de Educação e Gestão Ambiental-IBEG, a restituição integral das despesas pagas, no valor de R\$ 31.261,02 para as quais não havia previsão orçamentária e no valor de R\$ 19.625,93, referentes ao excedente que extrapolou os limites orçamentários; 1.11 providencie o imediato retorno dos servidores de matrícula SIAPE 1048652, 1014616 e 1011331, cedidos irregularmente em razão do esgotamento do prazo inicial previsto para cessão, sempre juízo de apurar as responsabilidades dos respectivos servidores com relação a permanência no órgão cessionário, mesmo após o decurso do prazo de suas cessões, visto que tal prazo constava indicado explicitamente nas respectivas portarias, informando nas próximas contas, as medidas levadas a efeito para solucionar a situação irregular apontada.

Providências Adotadas		
Setor responsável pela implementação Código SIORG		
PROAP		

Quanto ao item 1.8, a Instituição encaminhou o processo para a Advocacia Geral da União para inscrição do Instituto na Dívida Ativa da União, posto que o mesmo não restituiu as despesas pagas, as quais não havia previsão orçamentária.Referente ao item 1.11, informamos que todos os servidores citados já retornaram a Instituição, cabendo destacar que foram instaurados processos de sindicância para apurar a responsabilidade dos respectivos servidores.

Síntese dos Resultados Obtidos

Referente ao item 1.8, informamos que foi atendida a recomendação. Quanto ao item 1.1 foi aplicada a pena de advertência aos servidores.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

A recomendação foi atendida integralmente.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:			Código SIORG		
Fundação	Universidade Federal do Am	1710			
	Recomendações do OCI				
	Recomendações expedidas pelo OCI				
	Identificação do Relatório				
Ordem	de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida		
			RELATÓRIO DE		
9	1.1.4.5 - CONSTATAÇÃO: (027)	RECOMENDAÇÃO 01	AUDITORIA ANUAL		
			DE CONTAS		
			N°201108910 2ª PARTE		

Recomenda-se à UNIFAP providenciar a adequação de seus processos de aquisição ao que dispõe a IN SLTI nº01/2010 e Portaria SLTI nº02/2010, bem como faça cumprir o disposto no Decreto nº.5.940/2006.

Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação	Código SIORG		
PROAP			

A UNIFAP adequou os editais de licitação conforme a legislação.

Síntese dos resultados obtidos

Cumprimento integral da legislação vigente.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Os equipamentos de TI estão sendo adquiridos conforme legislação supramencionada.

Unidade Jurisdicionada				
Denominaç	Denominação completa:			
Fundação l	Universidade Federal do Amap	oá	1710	
	Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI				
	Identificação do Relatório de		Comunicação	
Ordem	Auditoria	Item do RA	Expedida	
10	1.2.2.1 - CONSTATAÇÃO: (032)	RECOMENDAÇÃO 01	RELATÓRIO DE AUDITORIA ANUAL DE CONTAS N°201108910 2ª PARTE	

Recomenda-se à UNIFAP quando realizar alterações em seus editais de licitação após a publicação dos mesmos, quando estas alterações representarem impacto na formulação de propostas, proceda a divulgação pelos mesmos meios e quem se deu a divulgação inicial, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido nos termos do § 4º do artigo 21 da Lei 8.666/93.

Providências Adotadas		
Setor responsável pela implementação	Código SIORG	
PROAP		
A LINITEAD 'Control of the second of the sec	•	

A UNIFAP já está adotando as recomendações conforme legislação.

Síntese dos resultados obtidos

Pleno atendimento a recomendação.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

As fases dos processos licitatórios estão sendo cumpridas de acordo com a legislação.

Unidade Jurisdicionada				
Denominação completa:			Código SIORG	
Fundação	Universidade Federal do Ama	1710		
	Rec	omendações do OCI		
	Recomend	lações expedidas pelo OCI		
	Identificação do Relatório			
Ordem	de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida	
			RELATÓRIO DE	
11	1.2.2.2 - CONSTATAÇÃO: (033)	RECOMENDAÇÃO 01	AUDITORIA ANUAL	
			DE CONTAS	
			N°201108910 2ª PARTE	

Recomenda-se à UNIFAP que abstenha-se de incluir em seus editais de licitação exigências que limitem o caráter competitivo do certame, reservando-se a demandar apenas os requisitos indispensáveis a garantia do cumprimento das obrigações a serem assumidas pelo futuro contratado.

Providências Adotadas		
Setor responsável pela implementação Código SIORG		
PROAP		
Os editais estão sendo elaborados sem cláusulas restritivas.		

Síntese dos resultados obtidos

A UNIFAP atendeu de forma plena a recomendação.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Os editais estão sendo elaborados de acordo com a legislação vigente.

Unidade Jurisdicionada				
Denominação completa:			Código SIORG	
Fundação	Universidade Federal do An	1710		
	Re			
	Recomen			
	Identificação do Relatório			
Ordem	de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida	
			RELATÓRIO DE	
12	2.1.2.1 - CONSTATAÇÃO: (003)	RECOMENDAÇÃO 01	AUDITORIA ANUAL DE	
			CONTAS N°201108910 2ª	
			PARTE	

Recomenda-se à UNIFAP que ao celebrar contratos de fornecimento ou prestação de serviços, apresente num texto contratual, de forma clara e objetiva, as tarefas a serem desempenhadas pelo contratado, conforme determina o § 1º do artigo 54 da Lei 8.666/93.

Providências Adotadas		
Setor responsável pela implementação	Código SIORG	
PROAP		

A UNIFAP atendeu a recomendação.

Síntese dos resultados obtidos

Os contratos estão sendo elaborados conforme determina o § 1º do artigo 54 da Lei n.8.666/93

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

A legislação foi plenamente atendida.

15.4 RECOMENTADÇÕES DO OCI PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO

QUADRO A.15.4 - SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

	LES DE TITEI (DIVIET (TO T				
	Uni	dade Jurisdicionada			
Denominaç	ão completa:		Código SIORG		
Fundação l	Universidade Federal do Amap	á	1710		
	Rec	omendações do OCI			
	Recomendações expedidas pelo OCI				
	Identificação do Relatório de				
Ordem	Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida		
13	1.1.2.1 - CONSTATAÇÃO: (001)	RECOMENDAÇÃO 03	DRELATÓRIO DE AUDITORIA ANUAL DE CONTAS N°201108910 2ª PARTE		
Órgão/entidade objeto da recomendação UNIFAP			Código SIORG 1710		

Descrição da Recomendação:

Apure a responsabilidade da servidora de matrícula SIAPE 1295966, aplicando as penalidades cabíveis, visto que, conforme informado pelo próprio gestor no Ofício 027/2011, a atuação da mesma na Fundação foi sem autorização da UNIFAP.

Providências Adotadas		
Setor responsável pela implementação	Código SIORG	
Coordenação de Gestão de Pessoas	37617	

Síntese da providência adotada:

Foi instaurado Processo nº 23125.001689/2011-40 para apuração de responsabilidade da referida servidora

Síntese dos resultados obtidos

O processo instaurado não foi concluído, posto que a servidora usufruía de benefício legal para cursar o estágio de pós-doutorado na Universidade Federal Fluminense.O retorno da servidora deu-se no mês de março de 2012. Diante disso, o processo em epígrafe será concluído no prazo de 60 dias, conforme determina a legislação.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Devido à ausência da servidora, com amparo legal na legislação, não foi possível o atendimento integral da recomendação.

Denominação completa: Código SIO	
Recomendações do OCI Recomendações expedidas pelo OCI Identificação do Relatório Ordem de Auditoria Item do RA Expedida RELATÓRIO AUDITORIA A	RG
Recomendações expedidas pelo OCI Identificação do Relatório Ordem de Auditoria Item do RA Expedida RELATÓRIO AUDITORIA A	1710
Ordem Identificação do Relatório Comunicaç Ordem de Auditoria Item do RA Expedida RELATÓRIO ALIDITORIA A	
Ordem de Áuditoria Item do RA Expedida RELATÓRIO AUDITORIA A	
RELATÓRIO AUDITORIA A	ção
AUDITOPIA	a
4 1.1.3.1 - CONSTATAÇÃO: RECOMENDAÇÃO 01 DE CONTA N°20110891 PARTE	NUAL AS

Recomenda-se à UNIFAP que proceda a atualização dos dados constantes no SPIUnet, em especial quanto a avaliação periódica dos imóveis, de forma que as informações do referido sistema reflitam a situação real dos bens imóveis sob sua responsabilidade.

Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Setor de Patrimônio	47665

A UNIFAP, através do setor de patrimônio já realizou o cadastramento dos imóveis sob sua responsabilidade, restando apenas a execução da avaliação e reavaliação dos referidos imóveis.

Síntese dos resultados obtidos

Os imóveis sob a responsabilidade da Universidade já encontram-se cadastrados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União-SPIUnet.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

A UNIFAP enfrenta dificuldades no tocante a avaliação e reavaliação dos imóveis sob sua responsabilidade por não ter profissionais habilitados, de acordo com a ON-GEAD-004/2003/SPU/MP. A UNIFAP realizará concurso público de provas e títulos para contratar engenheiro civil que irá compor a Comissão de Avaliação dos bens Imóveis.

Unidade Jurisdicionada			
Denominaç	ão completa:		Código SIORG
Fundação l	Universidade Federal do Ama	pá	1710
	Reco	omendações do OCI	
Recomendações expedidas pelo OCI			
	Identificação do Relatório		Comunicação
Ordem	de Auditoria	Item do RA	Expedida
14	1.1.2.3 - CONSTATAÇÃO: (021)	RECOMENDAÇÃO 01	RELATÓRIO DE AUDITORIA ANUAL DE CONTAS N°201108910 2ª PARTE

Recomenda-se à UNIFAP que institua formalmente o Comitê Gestor de Segurança da Informação, área específica dentro da UJ, objetivando implementar a Política de Segurança da Informação-PSI e posterior difusão da PSI para todos os servidores da unidade que lidem ou acessem dados informatizados.

Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Departamento de Informática	47688

Foi constituído o Comitê Gestor de Segurança da Informação por meio da Portaria nº 906/2011

Síntese dos resultados obtidos

Foi elaborado o PDTI da Instituição que encontra-se no Conselho Diretor da UNIFAP para análise aprovação.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

A dificuldade em implantar Política de Segurança da Informação Institucional está na carência de profissionais qualificados.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Fundação l	Universidade Federal do Amap	oá	1710
	Reco	mendações do OCI	
Recomendações expedidas pelo OCI			
	Identificação do Relatório de		Comunicação
Ordem	Auditoria	Item do RA	Expedida
15	1.1.2.4 - CONSTATAÇÃO: (022)	RECOMENDAÇÃO 01	RELATÓRIO DE AUDITORIA ANUAL DE CONTAS N°201108910 2ª PARTE

Recomenda-se à UNIFAP que implemente formalmente rotinas de avaliação da compatibilidade dos recursos de TI com suas reais necessidades, visando o correto planejamento de suas aquisições de bens e serviços de Tecnologia da Informação, reduzindo riscos de desperdício dos recursos alocados.

Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Departamento de Informática	47688

O PDTI foi elaborado, contemplando as rotinas de avaliação da compatibilidade dos recursos de TI.

Síntese dos resultados obtidos

A Instituição não possui resultados, pois o referido documento encontra-se em fase de análise e aprovação no Conselho Diretor da UNIFAP.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Em razão da escassa quantidade de servidores da área em destaque, tornou-se inviável atender a recomendação.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Fundação 1	Universidade Federal do Ama	pá	1710
	Reco	mendações do OCI	
Recomendações expedidas pelo OCI			
	Identificação do Relatório		Comunicação
Ordem	de Auditoria	Item do RA	Expedida
16	1.1.2.5 - CONSTATAÇÃO: (023)	RECOMENDAÇÃO 01	RELATÓRIO DE AUDITORIA ANUAL DE CONTAS N°201108910 2ª PARTE

Recomenda-se à UNIFAP que elabore e implemente o seu Plano Diretor de TI, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional da UJ-PDI, objetivando o planejamento estratégico das ações, aquisições e gestão de TI, de acordo com os objetivos e metas da Unidade.

Código SIORG
47688

O PDTI foi encaminhado para o Conselho Diretor para compor o Plano de Desenvolvimento Institucional para análise e aprovação.

Síntese dos resultados obtidos

No momento a Instituição não apresenta resultados em razão do referido documento encontrar-se em processo de análise e aprovação.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Em razão da escassa quantidade de servidores da área em destaque, tornou-se inviável atender a recomendação.

Unidade Jurisdicionada			
Denominaç	ção completa:		Código SIORG
Fundação	Universidade Federal do Ama	apá	1710
	Rec	omendações do OCI	
	Recomend	lações expedidas pelo OCI	
	Identificação do Relatório		
Ordem	de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
			RELATÓRIO DE
17	1.1.2.6 - CONSTATAÇÃO: (024)	RECOMENDAÇÃO 01	AUDITORIA ANUAL
			DE CONTAS
			N°201108910 2ª PARTE

Recomenda-se à UNIFAP que implemente a Política de Segurança da Informação-PSI, difundindo-a para todos os usuários de recursos de TI da Unidade, em cumprimento aos normativos que regem a matéria.

Código SIORG
47688

A Política de Segurança-PSI está contemplada no PDTI, encontra-se no Conselho Diretor para análise e aprovação.

Síntese dos resultados obtidos

A Política de Segurança-PSI não foi implantada na Instituição, logo, não é possível apresentar resultado.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

A carência de servidores qualificados dificultou a implantação da Política de Segurança.

16. PARTE A, ITEM 16, DO ANEXO II DA DN TCU N° 108, DE 24/11/2010

16.1 RECOMENDAÇÕES DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO OU DE AUDITORIA INTERNA ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

QUADRO A.16.1 – INFORMAÇÕES SOBRE RECOMENDAÇÕES DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO OU DE AUDITORIA INTERNA ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna		
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório 001/2011 - Setor de Transporte	
Data do Relatório de Auditoria	12 de setembro de 2011	
Item do Relatório de Auditoria	Item 4	
Comunicação Expedida/Data	AS nº 08/ 2011	
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	PROAP/DEPAG/SETOR DE TRANSPORTE	
Adotar o controle de autorização de saída diariamente, evitando que uma autorização seja aberta pela manhã e fechando somente à tarde ocasionando distorção no cumprimento de uma e outra tarefa como se constatou durante análise dos documento.		
Providências adotadas pela unidade interna responsável		
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação		
Setor de Transporte		
Síntese das providências adotac	las	
	culos ora recomendado está sendo feito diariamente, dentro do que	
Síntese dos resultados obtidos		
O Setor de Transporte está adotar	ndo as recomendações da AUDINT.	
Análise crítica dos fatores posit providências pelo gestor	ivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de	
	áculo para as providências adotadas.	

16.2 RECOMENTAÇÕES DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO OU DE AUDITORIA INTERNA PENDENTES DE ATENDIMENTO

QUADRO A.16.2 INFORMAÇÕES SOBRE RECOMENDAÇÃO DE UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA PENDENTE DE ATENDIMENTO NO FINAL DO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna			
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório 002/2011 - Setor de Patrimônio		
Data do Relatório de Auditoria	16 de setembro de 2011		
Item do Relatório de Auditoria	Item 4		
Comunicação Expedida/Data	Solicitação de Auditoria nº 0010/ 2011		
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	PROAP/DEPAG/Setor de Patrimônio		
Descrição da Recomendação	Que a PROAP encaminhe expediente aos responsáveis pelas Unidades Administrativas desta IFES estabelecendo prazo para atendimento as informações necessárias para compor os dados dos relatórios patrimoniais. Que seja utilizado algum mecanismo para que a PROAP/CGP informe ao Setor de Patrimônio as nomeações e/ou exonerações, afastamento de responsáveis pelas Unidades Administrativas que ocorrerem ao longo do exercício para que seja feita as atualizações no SAP de forma tempestiva. Que a PROAP/DEPAG adote providências urgentes visando o controle dos bens patrimoniais móveis e imóveis desta IFES, tendo em vista que são objetos de auditorias realizadas pela CGU desde 2005.		
Providências adotadas pela unidade interna responsável			
Nome da unidade interna da UJ responsá	vel pelo atendimento da recomendação		

Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação

Setor de Patrimônio

Síntese das providências adotadas

Que o programa adquirido não funcionou adequadamente, desta forma, os bens adquiridos estão sendo distribuído aos setores para uso e guarda através de TERMO DE ENTREGA.

Síntese dos resultados obtidos

O Setor de Patrimônio encontra-se deficiente, quanto a instrumento de registro e controle dos bens desta Universidade.

Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Quanto as recomendações desta AUDINT não foram atendidas em decorrência da não implantação da nova versão do Sistema de Administração de Patrimônio-SAP adquirido em agosto/2010 por falta de informação necessárias para cadastrar os servidores responsáveis pelos patrimônios e assim emitir o Relatório e Termos de Responsabilidade.

Fonte: AUDINT/UNIFAP

17. PARTE A, ITEM 17, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010

OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UNIDADE PARA DEMONSTRAR A CONFORMIDADE E O DESEMPENHO DA GESTÃO NO EXERCÍCIO.

A Fundação Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), com autonomia didáticocientífica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, rege-se pela Legislação Federal pertinente, por um Estatuto, um Regimento Geral e por resoluções dos seus órgãos colegiados superiores.

Dentre as informações consideradas relevantes pela UNIFAP no exercício de 2011 referentes ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais-REUNI, cabe mencionar o cumprimento integral da meta referente a oferta de 100 (cem vagas), com a implantação dos cursos de Comunicação Social e Relações Internacionais, com distribuição de 50 vagas cada.

No exercício em comento, dentre as ações orçamentárias constante da Lei Orçamentária Anual (LOA), a que representou maior expressividade quanto a disponibilidade de recursos orçamentários foi a ação "Funcionamento de Cursos de Graduação", com dotação final de R\$ 49.080.803,00 (Quarenta e nove milhões, oitenta mil, oitocentos e três reais). Nesta ação, os recursos foram empenhados em sua maior parte nas seguintes despesas de custeio: diárias a servidor e colaborador eventual; passagens aéreas; manutenção de veículos; serviços de energia elétrica; água canalizada; serviços de telefonia fixa; vigilância ostensiva e serviços de limpeza e conservação predial; serviço de telefonia móvel; serviço de manutenção predial; publicação de material no diário oficial da união; material de consumo; bem como as despesas com folha de pessoal, totalizando o montante de R\$ 42.598.914,00 (quarenta e dois milhões, quinhentos e noventa e oito mil, novecentos e quatorze reais).

Além das despesas supramencionadas, os recursos também foram utilizados para execução das obras a seguir: Urbanização do Campus Marco Zero (Complementação); Construção de três Prédios no Campus de Oiapoque; Etapa de Conclusão da Urbanização do Campus Marco Zero (Complementação); Construção de um bloco de salas de aula com dois pavimentos.

No segmento tecnológico, a UNIFAP também obteve conquistas importantes, uma vez que consolidou a implantação do módulo acadêmico, possibilitando a realização de matrículas com todos os procedimentos via WEB, bem como o desenvolvimento e implantação do módulo de Gestão do Restaurante Universitário.

No campo da Extensão, a UNIFAP ofertou 100 (cem) vagas no Projeto Universidade da Maturidade no Campus Macapá. Já no Projeto Universidade Pré-Vestibular houve a ampliação da oferta de vagas, sendo que em Macapá foram 300 (trezentas) vagas, em Mazagão o total de 370 (trezentos e setenta vagas), Oiapoque foram 250 (duzentos e cinqüenta vagas) e no município de Amapá foram 260 (duzentos e sessenta) vagas.

No tocante as Ações Comunitárias, cabe destacar a ação de "Assistência ao Estudante do Ensino da Graduação", que, por intermédio do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES executou os seguintes projetos Pró Estudante: alimentação, transporte, fotocópias, cinegrafia, idiomas, inclusão digital, látex, monografia, natação, cultura, dentre outros.

No âmbito da Pró-Reitoria de Administração e Planejamento, pode-se destacar a realização de 15 (quinze) licitações na modalidade de registro de preços,com objetivo de possibilitar a maior celeridade no processo de compras.Outro aspecto que merece destaque é a iminente aprovação da matriz interna de distribuição orçamentária para os departamentos acadêmicos, bem como a criação de catálogo de descrição de material de uso comum, terceirização de motoristas, realização de concurso público para técnico administrativo e docentes, e ainda, a inauguração das seguintes obras: prédio patrimonial,centro de pesquisa,urbanização das vias, prédio de enfermagem, prédio do DERCA, laboratório de arqueologia,bloco de sala de aula, prédio dos ambulatórios, salas anexas ao bloco J e ambulatório de saúde ambiental.

No que se atine ao Planejamento Estratégico da UNIFAP, é oportuno informar que neste estão contempladas as principais metas visadas pela Pró-Reitoria de Graduação, dentre as quais destacam-se: rever e ampliar estudos sobre a evasão de discentes nos cursos de graduação; realizar estudos e mapeamento do tempo de permanência dos alunos que ingressam nesta IFES; realizar o II Seminário sobre ENADE e a sensibilização junto aos diretores, coordenadores e alunos por meio de distribuição de informativos e palestras; fomentar uma política de realização de formação continuada aos professores; realizar cursos sobre educação

inclusiva; construir e aprovar no CONSU os Projetos pedagógicos dos cursos que serão ofertados no Campus Binacional.

Nesse sentido, a UNIFAP busca, incansavelmente, proporcionar condições basilares para possibilitar o desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão com a qualidade que a sociedade necessita para a sua qualificação profissional.

PARTE B, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO

17. PARTE B, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N° 108, DE 24/11/2010

17.1 DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

QUADRO B.1.2 - DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO NAO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR				
Denominação Completa (UJ)	Código da UG			
Fundação Universidade Federal do Amapá	154215			

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), relativas ao exercício de 2011 refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:

- a) Conta Contábil 112162700
- b) Conta Contábil 112162900

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Local	Macapá-AP	Data	30/03/2012
Contador Responsável	Maria do Socorro Barbosa Vieira Monteiro	CRC nº	CRC-AP 001621/0-4

18. PARTE B, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N° 108, DE 24/11/2010

Não se aplica à Natureza da Fundação Universidade Federal do Amapá, pois apesar da contabilidade da UJ estar sob o regime da Lei 4.320/64, é executada no SIAFI.

18.1 ANÁLISE CRÍTICA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA ADMINISTRAÇÃO PUBLICA FEDDERAL DIRETA

Não se aplica à Natureza da Fundação Universidade Federal do Amapá, pois apesar da contabilidade da UJ estar sob o regime da Lei 4.320/64, é executada no SIAFI.

18.1.1 Para o Balanço Orçamentário

Não se aplica à Natureza da Fundação Universidade Federal do Amapá, pois apesar da contabilidade da UJ estar sob o regime da Lei 4.320/64, é executada no SIAFI.

18.1.2 Para o Balanço Financeiro

Não se aplica à Natureza da Fundação Universidade Federal do Amapá, pois apesar da contabilidade da UJ estar sob o regime da Lei 4.320/64, é executada no SIAFI.

18.1.3 Para o Balanço Patrimonial

Não se aplica à Natureza da Fundação Universidade Federal do Amapá, pois apesar da contabilidade da UJ estar sob o regime da Lei 4.320/64, é executada no SIAFI.

18.1.4 Para a Demonstração das Variações Patrimoniais

Não se aplica à Natureza da Fundação Universidade Federal do Amapá, pois apesar da

contabilidade da UJ estar sob o regime da Lei 4.320/64, é executada no SIAFI.

18.1.5 Para a Demonstração dos Fluxos de Caixa

Não se aplica à Natureza da Fundação Universidade Federal do Amapá, pois apesar da contabilidade da UJ estar sob o regime da Lei 4.320/64, é executada no SIAFI.

19. PARTE B, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N°108, DE 24/11/2010

Não se aplica à Natureza da Fundação Universidade Federal do Amapá, com base na Lei N° 6.404/1976, o referido item se aplica a Empresas Estatais.

20. PARTE B, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN Nº 108, DE 24/11/2010.

Não se aplica à natureza da Fundação Universidade Federal do Amapá, tendo em vista que a sua abrangência é para Empresas da Administração Pública Federal cujo capital acionário esteja sob o controle da União, com fulcro na Lei nº 6.404/1976.

PARTE C, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010 CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS

21. PARTE C, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N° 108, DE 24/11/2010

Não se aplica à natureza da Fundação Universidade Federal do Amapá, tendo em vista a sua abrangência são as unidades vinculadas à justiça Eleitoral, com fundamento na Lei nº9.096, de 19/09/1995.

22. PARTE C, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010

Não se aplica à natureza da Fundação Universidade Federal do Amapá, tendo em vista a sua abrangência são os fundos Constitucionais de Financiamento definidos no art.159, inciso I, alínea "c" da Constituição Federal.

23. PARTE C, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.

23.1 INDICADORES DE DESEMPENHO DAS IFES NOS TERMOS DA DECISÃO TCU Nº.408/2002-PLENÁRIO E MODIFICAÇÕES POSTERIORES

QUADRO C.7.1 – RESULTADOS DOS INDICADORES PRIMÁRIOS – DECISÃO TCU N.º 408/2002

	EXERCÍCIOS					
INDICADORES PRIMÁRIOS	2011	2010	2009	2008	2007	
Custo corrente sem HU (Hospitais Universitários)	54.389.147,28	45.141.739,59	37.193.538,25	28.423.667,00	26.752.808,79	
Número de professores equivalentes	254	236,5	172	150,5	135,5	
Número de funcionários equivalentes sem HU						
(Hospitais Universitários)	296	258,75	256,25	245,25	228,25	
Total de alunos regularmente matriculados na graduação (AG)	4.335	5.039,00	4.886,00	6.818,00	3.660,50	
Total de alunos na pós- graduação <i>stricto sensu</i> , incluindo-se alunos de	11000	2.023,00		21223,00	21323,23	
mestrado e de doutorado (APG)	190	253	146	128,5	68,5	
Número de alunos da graduação em tempo Integral	2770.04	2 722 27	2 101 92	2.040.21	1 701 40	
(AGTI)	2779,94	2.722,27	2.181,82	2.049,31	1.781,48	
Número de alunos equivalentes da graduação (AGE)	3.579,06	3.600,10	2.917,36	2.683,55	2.335,46	
Número de alunos da pós- graduação em tempo integral (APGTI)	380	506	292	257	137	

Fonte: DEPLAN/UNIFAP

QUADRO C.7.2 – RESULTADOS DOS INDICADORES DA DECISÃO TCU N.º 408/2002

Indicadores Decisão TCU 408/2002 - P	EXERCÍCIOS				
mulcauores Decisao TCO 400/2002 - T	2011	2010	2009	2008	2007
Custo corrente sem HU / Aluno Equivalente	13.737,89	10.993,82	11.589,08	9.764,09	10.828,60
Aluno Tempo Integral / Professor Equivalente	12,44	13,65	14,38	15,12	14,14
Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente sem HU	10,68	12,48	9,65	9,64	8,4
Funcionário Equivalente sem HU / Professor Equivalente	1,17	1,09	1,49	1,63	1,68
Grau de Participação Estudantil (GPE)	0,64	0,54	0,45	0,6	0,49
Grau de Envolvimento Discente com Pós- Graduação (CEPG)	0,04	0,05	0,03	0,04	0,02
Conceito CAPES/MEC para a Pós-Graduação	1,06	1,06	0,88	0,88	0,88
Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD)	2,94	3,06	2,94	2,93	2,67
Taxa de Sucesso na Graduação (TSG)	62	62	45	55	30

Fonte: DEPLAN/UNIFAP

Análise Crítica

Os Indicadores de Desempenho supramencionados são estabelecidos pelo TCU (Decisão nº 408/2002-Plenário), sendo calculados a partir de um conjunto de indicadores constantes no Quadro C.7.1. Cabe destacar que os 09 (nove) indicadores definidos pelo TCU apresentados no Quadro C.7.2 demonstram o resultado organizacional desta IFES no período de 2007 a 2011.

Aplica-se a UNIFAP três grupos de indicadores, que são: eficiência, eficácia e efetividade.

I - Indicadores de Eficiência : A eficiência estabelece a relação das cargas de trabalho com os recursos empregados, avaliando-se a ocorrência de mais produtos ou serviços.

Dos indicadores definidos pelo TCU , quatro podem ser considerados indicadores de eficiência, quais sejam:

Custo corrente/Aluno equivalente: Este indicador objetiva retratar a forma como os recursos alocados na produção de ensino e pesquisa estão sendo utilizados. Analisando os dados da UNIFAP constata-se um crescimento constante dos recursos, o que revela maior alocação dos mesmos a disposição do corpo docente. Este crescimento vem se mantendo na

taxa média anual de 5,92%, com um pequeno declive nos anos de 2008 e 2010, apresentando crescimento no decorrer dos exercícios subsequentes.

Aluno tempo integral/Professor equivalente: A partir do exercício de 2009, esse indicador vem diminuindo em razão da contratação de novos docentes de concursos públicos com recursos oriundos do plano de reestruturação e expansão do REUNI e ainda, o aumento no número de alunos equivalentes da pós-graduação em tempo integral (APGTI), e do número de alunos equivalentes da graduação (AGE) em conseqüência do aumento de alunos diplomados no decorrer dos anos.

Aluno tempo integral/Funcionário equivalente: Quanto a este indicador, constata-se um crescimento no decorrer dos exercícios de 2007 a 2010, em decorrência do aumento no número de alunos equivalentes da pós-graduação em tempo integral (APGTI), que foi de 137 em 2009 para 506 em 2010, e do número de alunos equivalentes da graduação (AGE) em conseqüência do aumento de alunos diplomados, que em 2009 foram registrados 204,ao passo que em 2010 foram 497. No exercício de 2011 houve uma diminuição da relação em virtude do decréscimo do APGTI, que passou de 506 para 380 alunos.

Funcionário equivalente/Professor equivalente: Analisando-se os dados referentes ao indicador em destaque, percebe-se uma pequena variação na equivalência do índice, em decorrência de contratação de mais docentes a técnico-administrativos no decorrer dos exercícios de 2007 a 2010. Já em relação ao exercício de 2011, essa relação de equivalência aumentou devido à contratação de maior número de técnico-administrativos.

II - Indicadores de Eficácia

Um resultado é eficaz quando a instituição/atividade/programa está atingindo seus objetivos ou metas, a partir da comparação entre o volume de desempenho real, com o montante do resultado desejado, independentemente dos custos implicados, ou seja, comparação de metas cumpridas com metas planejadas. Dentre os indicadores estabelecidos pelo TCU destacam-se três indicadores de eficácia, como a seguir especificados:

Conceito CAPES: sabendo que os conceitos da CAPES para o mestrado podem ser 3 ou 4, e os de doutorado variam no máximo até 7, a meta de todos os programas de mestrado seria atingir o nível 4 e os de doutorado atingir o nível 7. Analisando o indicador em destaque, percebe-se que nos últimos anos o conceito permaneceu em 0,88, porém, a partir do exercício de 2010 teve uma pequena variação para 0,85 devido à criação do Mestrado em Ciências da Saúde (conceito 3) e a permanência dos conceitos dos cursos já existentes.

Índice de qualificação do corpo docente (IQCD): o maior valor possível para o IQCD é 5, que ocorre quando todos os docentes são doutores. No caso da UNIFAP, este índice apresentava evoluções no decorrer dos exercícios, em razão de novos provimentos de docentes contratados nas vagas disponibilizadas pelo Plano de Expansão-REUNI. Cabe ressaltar ainda que os docentes mencionados ingressaram predominantemente com titulações de mestres e doutores. Porém, no exercício de 2011, houve uma redução desse índice em decorrência da criação do cargo de professor temporário, considerando que inicialmente esta IFES tinha a intenção de selecionar docentes com titulação de mestres e doutores, porém, em razão da dificuldade de encontrar profissionais com tais titulações, em face da dificuldade de alocar profissionais de outros estados em razão da transitoriedade do cargo (6 meses), deixando de ser atrativo para estes, restando esta IFES decidir pela alteração no edital de seleção no que concerne a tais requisitos, passando a exigir professores com título de graduação.

Taxa de sucesso na graduação: Percebe-se que houve evolução no decorrer dos exercícios do índice de alunos equivalentes da graduação (AGE) em conseqüência do crescimento do quantitativo de alunos diplomados que, em 2009 foram registrados 204, já em 2011 foram 515 alunos.

III - Indicadores de Efetividade: Um resultado é efetivo quando os impactos da atuação da Unidade cumprem às suas responsabilidades institucionais, as diretrizes e os objetivos estratégicos da Unidade. Dos indicadores definidos pelo TCU, 2 (dois) podem ser considerados indicadores de efetividade:

Grau de participação estudantil: Este indicador visa exprimir o grau em que os alunos utilizam da capacidade oferecida pela Universidade e o tempo de integralização curricular, indicando ainda, a participação do aluno de tempo integral em relação aos alunos efetivamente matriculados.

Analisando este indicador, percebe-se o aumento no grau de utilização, pelo corpo discente, da capacidade instalada da UNIFAP e a velocidade de integralização curricular, em virtude da variável AgTI (número de alunos de graduação em tempo integral) considerada na base do cálculo que influenciou diretamente no resultado do indicador, tendo em vista que houve aumento no número de alunos diplomados, que no exercício de 2009 foi de 204 e em 2011 foi de 515.

Grau de envolvimento com a pós-graduação: objetiva demonstrar o grau de envolvimento em atividades de pesquisa e pós-graduação. Após análise deste indicador, constatou-se o aumento de 0,02 para 0,05 em relação a 2009 para 2010, devido o aumento de alunos na pós-graduação, que foi de 137 para 506 alunos. Já no exercício de 2011, houve um decréscimo em virtude da redução do número de alunos da pós-graduação.

24. PARTE C, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.

Não se aplica à natureza da Fundação Universidade Federal do Amapá, em vista ser informações do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

25. PARTE C, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.

Não se aplica à natureza da Fundação Universidade Federal do Amapá, em vista ser informações de empresas Públicas, Sociedades de economia Mista e demais empresas controladas direta ou indiretamente pela União, com lastro na Lei nº6.404/1976.

26. PARTE C, ITEM 16, DO ANEXO II DA DN TCU N° 108, DE 24/11/2010

A Fundação Universidade Federal do Amapá, por intermédio da Assessoria de Relações Internacionais, visando desenvolver atividades de intercâmbio docente/pesquisador/estudantil; pesquisa e publicações conjuntas e missões de pessoal administrativo, firmou no exercício de 2011, três acordos, conforme abaixo especificados:

1º Acordo de Cooperação para realização do Programa Amazônia 2020, celebrado em 29/06/2011, que envolve 07 empresas ou fundações privadas do Brasil.

Cabe informar que no referido acordo, existem 3 programas, a saber: Intercâmbio Estudantil Brasil x México (BRAMEX), Programa de Bolsas de Estudo Ibero-Americanas e o Programa TOP Espanha.

- 2º Acordo de Colaboração Interuniversitário Rovira I Virgili, celebrado em 01/09/2011.
- 3º Acordo de Cooperação Técnico Científico Antilhas e Guiana Francesa Ird, assinado em 15/02/2011.

Posto isso, informamos que não houve contratação de Consultores na modalidade "Produto" no âmbito dos projetos de cooperação técnica, convênios com organismos internacionais, razão pela qual não foi preenchido o quadro 26.1.

27. PARTE C, ITEM 19, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

Não se aplica à natureza da Fundação Universidade Federal do Amapá, tendo em vista não executar Contratos de Gestão, com lastro na Lei nº. 9.637/98.

28. PARTE C, ITEM 30, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.

Não se aplica à natureza da Fundação Universidade Federal do Amapá, tendo em vista ser informações concernentes ao Instituto Nacional de Seguro Social, conforme Decreto nº.6.934, de 11 de agosto de 2009.

29. PARTE C, ITEM 37, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010

Não se aplica à natureza da Fundação Universidade Federal do Amapá, tendo em vista que esta UJ não é signatária de Contrato de Gestão, não sendo regida pela Lei nº.9.637/98.

30. PARTE C, ITEM 38, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

Não se aplica à natureza da Fundação Universidade Federal do Amapá, tendo em vista não que esta UJ não firma Termo de Parceria que envolva repasse de recursos públicos, com base na Lei nº 9.790/99.